

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

JUSSARA PLACIDO RANGEL PEREIRA

**Contabilidade Ambiental no Curso de Ciências Contábeis: Estudo
de Caso na Faculdade Vale do Cricaré – ES**

**São Mateus
2015**

JUSSARA PLACIDO RANGEL PEREIRA

**CONTABILIDADE AMBIENTAL NO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS: ESTUDO DE CASO NA FACULDADE VALE
DO CRICARÉ – ES**

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré para obtenção do título de Mestre Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Msc. Luana Frigulha Guisso

**São Mateus
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

P436c

PEREIRA, Jussara Plácido Rangel.
Contabilidade Ambiental no Curso de Ciências Contábeis:
Estudo de Caso na Faculdade Vale do Cricaré – ES. / Jussara Plácido
Rangel Pereira. São Mateus, 2015.

96f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social,
Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré,
São Mateus, ES, 2015.

Orientação: Prof^a. Msc. Luana Frigulha Guisso.

1. Ciências Contábeis. 2. Educação Ambiental. 3. Contabilidade
Ambiental. I. Título.

CDD: 657.4

JUSSARA PLACIDO RANGEL PEREIRA

**Contabilidade Ambiental no Curso de Ciências Contábeis:
Estudo de Caso na Faculdade Vale do Cricaré - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 20 de Fevereiro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Me. LUANA FRIGULHA GUISSO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. MARCUS ANTONIUS DA COSTA NUNES
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof.^a Dr.^a LILIAN PITTOL FIRME DE OLIVEIRA
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. KEYDSON QUARESMA GOMES
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Dedico este trabalho ao meu esposo, com muito amor, admiração e gratidão por sua compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho. Ao meu amado filho Matheus, e, aos meus familiares e amigos pela compreensão das dificuldades e ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelas conquistas e bênçãos recebidas.

À Prof^a Msc. Luana Frigulha Guisso pela orientação, atenção e apoio durante o processo da dissertação.

Aos membros da banca examinadora, Prof^a. Dra. Lilian Pittol Firme, Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes, pelas importantes sugestões no exame de qualificação, que muito contribuíram para conclusão da dissertação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

À Faculdade Vale do Cricaré – FVC, pela oportunidade de realização do estudo de mestrado.

Ao meu esposo Walece Negrís, aos meus pais Lúcio e Geni, pela paciência, compreensão e apoio no processo de realização desta pesquisa.

“O objetivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários.”

Sérgio de Ludícibus

RESUMO

PEREIRA, J. P. R. **Contabilidade Ambiental no Curso de Ciências Contábeis: Estudo de Caso na Faculdade Vale do Cricaré – ES.** 2015. 96 f. Dissertação - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, Espírito Santo, 2015.

A dissertação abordou aspectos que norteiam à contabilidade ambiental, refletindo sobre o ambiente e a sociedade, buscando a relação entre a educação ambiental e o ensino superior especificamente sua relação com o curso de Ciências Contábeis. Verificou-se como a disciplina de contabilidade ambiental está inserida no Projeto Pedagógico do Curso e nos Planos de Ensino do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré (FVC). Enfatizando a importância da formação do profissional contábil com relação aos aspectos ambientais. Abordou temas como as questões ambientais, a contabilidade e a educação ambiental levando em consideração o meio ambiente. Examinou aspectos da educação ambiental no ensino superior, a formulação do curso de Ciências Contábeis no Brasil chegando a um estudo de caso na Faculdade Vale do Cricaré. Por meio da utilização de uma abordagem de integração entre os métodos quantitativo e qualitativo, utilizou-se quanto ao ponto de vista dos procedimentos técnicos: as pesquisas bibliográfica, documental, assumindo a forma de estudo de caso, onde foram estudados os documentos: Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Político Curricular (PPC), a Matriz Curricular e aplicação de questionário aos professores do curso de Ciências Contábeis. Ficou constatado que o ensino da contabilidade poderia ser aprimorado para melhor atender a capacitação do profissional, de forma diferenciada atualizando a matriz curricular com ênfase nas questões ambientais, atendendo as demandas do mercado de trabalho devido às constantes mudanças ocorridas nas normas e legislações contábeis.

Palavras chave: Ciências Contábeis, Educação Ambiental, Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

PEREIRA, J. P. R. **Environmental Accounting in the Course of Accounting Sciences: A Case Study of the School Vale Cricare - ES**. 2015. 96 f. Dissertation - Faculty Vale Cricare, Saint Matthew, Holy Spirit, 2015.

The dissertation addressed aspects that guide to environmental accounting, reflecting on the environment and society, seeking the relationship between environmental education and higher education specifically their relationship with the Accounting course. It was found as the discipline of environmental accounting is inserted in the pedagogic project of the course and Teaching plans of College Accounting course Vale do Cricaré (FVC). Emphasizing the importance of training of Accounting Professional with regard to environmental aspects. Addressed topics such as environmental issues, accounting and environmental education taking into consideration the environment. Examined aspects of environmental education in higher education, the formulation of Accounting in Brazil getting a case study on College Cricaré Valley. Through the use of an integration approach between quantitative and qualitative methods, it was used as the point of view of the technical procedures: bibliographical, documentary research, taking the form of a case study, where the documents were studied: Institutional educational project (PPI), Curricular political project (PPC), the Curriculum Matrix and application of questionnaire to professors of Accounting. Was found that the teaching of accounting could be enhanced to better serve the professional training, in a differentiated manner by updating the curriculum matrix with an emphasis on environmental issues, taking into account the demands of the labour market due to the constant changes in accounting standards and laws.

Key words: Environmental Accounting, Environmental Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Quantidade de Alunos Matriculados na Faculdade Vale do Cricaré.....	61
Gráfico 02 – Formação Acadêmica dos respondentes.....	63
Gráfico 03 – Respostas à pergunta 07.....	64
Gráfico 04 – Respostas à pergunta 08.....	65
Gráfico 05 – Respostas à pergunta 10.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Plano de Contas Simplificado.....	31
Tabela 02 – Estrutura do Grupo Ativo	35
Tabela 03 – Estrutura do Grupo Passivo.....	37
Tabela 04 – Eixos interligados de formação.....	57
Tabela 05 – Evolução Populacional.....	60
Tabela 06 – Pergunta 06.....	63
Tabela 07 – Pergunta 08.....	64
Tabela 08 – Pergunta 09.....	65
Tabela 09 – Pergunta 10.....	65

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEUNES	Centro Universitário Norte do Espírito Santo
CES	Câmara de Educação Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODEMAS	Conselhos Municipais de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ETHOS	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
FCEA	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FVC	Faculdade Vale do Cricaré
G.R.I	Instituto Global Reporting Initiative
IASC	Internacional Accounting Standards Committee
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituto Federal de Ensino Superior
ISO	International Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização)
IVC	Instituto Vale do Cricaré
MEC	Ministério da Educação
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NPA	Norma de Procedimentos e Auditoria
NPC	Norma e Procedimento de Contabilidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	20
2.2	CONTABILIDADE AMBIENTAL	26
2.2.1	Contas Ambientais	30
2.2.1.1	Ativo Ambiental	35
2.2.1.2	Passivo Ambiental	36
2.2.1.3	Despesas Ambiental	38
2.2.1.4	Custo Ambiental	39
2.2.1.5	Receita Ambiental	40
2.2.2	Evidenciação Contábil	41
2.2.2.1	Balanço Social	46
2.3	O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL	50
2.4	O CURSO DE CONTABILIDADE DA FACULDADE VALE DO CRICARÉ	54
3	METODOLOGIA	58
3.1	DELINEAMENTO DO ESTUDO	58
3.2	LOCAL DO ESTUDO	59
3.3	UNIVERSO DO ESTUDO	61
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
4.1	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO	63
4.2	DISCUSSÃO DOS DADOS	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	70
	REFERÊNCIAS.....	72
	ANEXOS	80
	APÊNDICE.....	94

1 INTRODUÇÃO

O crescente desenvolvimento econômico percebido em nossa sociedade ocorre muitas vezes de forma desordenada e mal planejada, às custas de níveis crescentes de poluição e degradação do meio ambiente, gerando impactos ambientais negativos, que interferem diretamente na própria sociedade que se insere e sobrevive neste ambiente.

Temas como a contaminação do ar, água, mudanças climáticas, destruição de florestas, extinção de espécies, camada de ozônio, efeito estufa, passaram a vigorar no cenário mundial. Com o aporte da tecnologia da informação e comunicação estes problemas ambientais estão cada vez mais discutidos e em constante evidência no cenário mundial, além da crescente percepção da própria sociedade buscando uma visão mais crítica e uma postura mais pró-ativa em relação ao meio ambiente. O assunto se evidencia na atual sociedade virando tema de fervorosos discursos com ações e campanhas que com a mídia ganham destaque rapidamente nos meios de comunicação e redes sociais.

A educação ambiental dentro de um contexto de adequação às necessidades da nova economia apresenta-se como uma forte aliada tornando-se uma alternativa viável que vem ao encontro aos interesses sustentáveis de nossa sociedade, envolvendo cada vez mais participação de todos os segmentos sociais, industriais e empresariais, além de cada um de nossa sociedade.

A sustentabilidade foi colocada em alta, como marco histórico na II Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como ECO 92. Seu propósito principal era o estabelecimento de uma agenda internacional de cooperação que visaria o desenvolvimento sustentável do mundo. A AGENDA 21, como foi denominada, pautou como objetivo colocar em prática, ao longo do século XXI, o desenvolvimento sustentável em todo o planeta.

Com uma maior preocupação entre as atividades industriais desenvolvidas e os impactos resultantes sobre o meio ambiente, os procedimentos para o gerenciamento eficaz das relações entre desenvolvimento econômico e meio ambiente foram aperfeiçoados. Dentro desse cenário de mudanças culturais, sociais e econômicas, além da articulação de outras áreas do conhecimento em prol da sustentabilidade ambiental, a Ciência Contábil instiga o impacto da situação econômico-financeira das empresas que possuem relevantes gastos devido eventos e transações de natureza ambiental, inclusive de sua preservação.

Com isso, a Contabilidade Ambiental surge como ramo da Contabilidade que visa identificar, compilar e analisar informações ambientais, relacionados com a preservação, proteção e recuperação ambiental. Além de ser o canal de comunicação entre a empresa e a sociedade.

A contabilidade possui em seus mecanismos a função de separar, classificar e quantificar os gastos e provisões, tomando por base a importância, a finalidade e sua ocorrência, sendo assim, deve também apresentar claramente as ações desenvolvidas pela empresa na área ambiental, através de demonstrativos específicos.

Empresas com responsabilidade ambiental possuem uma imagem diferenciada perante a opinião pública, além de, se tornarem mais competitivas empresarialmente, mantendo a clientela e atraindo novos consumidores. Essa credibilidade é mantida com a realização da antecipação e prevenção das ações realizadas no meio ambiente. Confirmando esta ideia Martins e Ribeiro (1995, p.35) ponderam que:

a maciça conscientização da sociedade em muitos lugares veio afetar a imagem da empresa junto ao seu público consumidor, o qual passou a ser forte elemento de pressão para as empresas começarem a investir no controle ambiental.

Segundo a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, é atribuída à empresa todo e qualquer passivo ambiental, que se refere aos danos ambientais causados. O passivo ambiental são as obrigações que a empresa possui, contraída voluntária ou involuntariamente, por consequência das suas atividades ou de terceiros por ela

gerenciados. Essas obrigações ocorridas incidindo negativamente sobre a natureza, ficam sob a responsabilidade da empresa a recuperação deste meio ambiente, sob a pena de lei como a de crimes ambientais.

Acredita-se ser por meio da evidenciação contábil ambiental que a sociedade tomará conhecimento das ações desenvolvidas pela empresa, aplicando-se o sistema contábil com responsabilidade social, ambiental e econômica. São através da realização da evidenciação dos demonstrativos contábeis ambientais, que ocorrerá um fluxo de comunicação entre os acionistas, investidores e a comunidade em geral acerca das ações geradoras de mudanças ambientais, principalmente nos dias atuais, em que a globalização da economia requer a prestação de contas e a transparência das informações.

O Curso de Ciências Contábeis possui a finalidade de formar profissionais que auxiliem as empresas públicas e privadas na análise dos eventos econômicos, direcionando as decisões dos seus negócios. O campo de atuação do profissional contábil é amplo, visto que por lei toda empresa é obrigada a possuir um contador na administração de suas finanças, elaborando suas demonstrações contábeis, destinando apresentar a situação financeira, econômica e patrimonial da empresa.

A pesquisa apresenta o curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, situada na cidade de São Mateus – ES. A Faculdade Vale do Cricaré, criada em março de 1997, acreditando no crescimento do município, iniciou suas atividades em julho de 2000. Tornou-se rapidamente grande destaque no cenário regional, no mesmo ano implantou o Curso de Ciências Contábeis, por ser de grande importância para o desenvolvimento da região. A faculdade dispõe hoje de diversos cursos de graduação, pós-graduação e ainda oferece um programa de Mestrado Profissional.

As Instituições de Ensino Superior são um dos principais agentes de transformação de nossa sociedade e têm como importante incumbência formar e preparar futuras lideranças das mais diversas organizações. Sendo assim também precisa vivenciar a real preocupação com a questão ambiental.

Desta forma, o estudo pretendeu refletir sobre o poder de transformação, através da educação ambiental para a formação dos acadêmicos de Ciências Contábeis, e oferecer as bases necessárias para a compreensão da atual realidade em que estão inseridos. Assim, a Faculdade Vale do Cricaré, representada neste estudo, aparece como o espaço propício para a construção desta cidadania.

O presente estudo buscou responder à seguinte questão: Como a Disciplina de Contabilidade Ambiental está inserida no curso Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré? Do ponto de vista global, a pesquisa justificou-se porque a questão ambiental, no século XXI, enfrenta um grande paradoxo. Enquanto teoricamente existe todo um consenso sobre a necessidade da preservação ambiental, continua uma série de agressões ao ambiente desde desmatamentos, as emissões de gases, extinção de inúmeras espécies, entre outros.

Esta pesquisa teve por objetivo geral analisar como a Contabilidade Ambiental está inserida no PPC do curso de graduação de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, buscando verificar como os aspectos ambientais estão inseridos na formação do contabilista. E para alcançar o objetivo geral propõem como objetivos específicos:

- Identificar como a disciplina de Contabilidade Ambiental está inserida na estrutura curricular do curso superior de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré;
- Analisar a obrigatoriedade da disciplina de Contabilidade Ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré;
- Verificar o Projeto Político Pedagógico do curso superior de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, suas ações e a formação dos conceitos da Contabilidade Ambiental;

A relevância da pesquisa proposta foi fomentar a discussão a respeito da Contabilidade Ambiental dentro do curso superior de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, além da importância dessa prática para o exercício profissional contábil e sua contribuição com o desenvolvimento social e regional. Neste sentido, é de extrema importância a participação da Ciência Contábil, nesse

cenário educacional, destacando, sobretudo a parte desta ciência que se denomina Contabilidade Ambiental, envolvendo os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, para que estes tenham conhecimento da importância desta disciplina, visando despertar o interesse ambiental, futuramente auxiliando as empresas a implementar, em sua gestão, uma verdadeira conscientização ambiental.

O trabalho está dividido em 5 capítulos, organizados da seguinte forma: o capítulo 1 com uma introdução ao tema, problema, objetivos e justificativa da pesquisa.

No capítulo 2, tem-se a fundamentação teórica, que fornece a base conceitual do estudo, tratando do histórico da questão ambiental, dos tópicos relacionados à Contabilidade Ambiental e as suas relações com a educação ambiental, destacando o conceito de meio ambiente e práticas sociais. Trazendo um pequeno levantamento histórico sobre o surgimento do curso de Ciências Contábeis no Brasil, o Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, onde se relata sua criação, Projeto Político Curricular (PPC), Matriz Curricular, o ensino da Contabilidade Ambiental pela Instituição de Ensino Superior (IES), argumentando o papel desta educação ambiental na formação do aluno.

No capítulo 3, encontra-se a metodologia aplicada no estudo, fazendo um breve esclarecimento sobre o método, o local caracterizando-se o município de São Mateus onde se localiza o local do objeto de estudo e universo do estudo.

No capítulo 4, foram apresentados os resultados e discussão da pesquisa e sua análise.

E por fim, no capítulo 5, foram apresentadas as considerações finais e recomendações para trabalhos futuros.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A utilização do meio ambiente pelo ser humano para a aquisição de matéria-prima com finalidade de produção de bens e serviços, o aumento do número de indústrias, decorrente das necessidades de consumo e aumento populacional, desvinculada da preocupação ambiental, gerou problemas ambientais de grandes proporções, vide a degradação da camada de ozônio. Essa relação homem x natureza, a priori, não era motivo para desencadear problemas, porém, o aumento da demanda de mercado e, conseqüentemente de produção, transformou-se num fator crucial para a elevação da quantidade de resíduos, tornando a interação, antes normal, em ameaça a permanência da vida na Terra.

Todo descuido com o uso dos recursos naturais e despejo dos resíduos da produção, aliado às mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, edificaram uma nova ideologia, traduzida em interação com o meio ambiente e diminuição dos impactos ambientais, nesse sentido, a responsabilidade social de uma empresa atribui-se para a redução ou eliminação dos efeitos negativos de todo processo de produção, a preservação dos recursos naturais, por meio de tecnologias eficientes (RIBEIRO, 1992).

Segundo Dias (2011), até a publicação do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) da jornalista Rachel Carson, no ano de 1962, os problemas ambientais eram abordados de forma muito superficial, o livro tornou-se um clássico no movimento de defesa do meio ambiente e provocou grande repercussão internacional, alertando sobre os efeitos das ações humanas sobre o meio ambiente, denunciando assim a ação destruidora do homem, levando a ONU (Organização das Nações Unidas) a iniciar de encontros, conferências e programas, que buscassem a conscientização das pessoas com relação à preservação do meio ambiente.

Em 1972, o Brasil participou da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em Estocolmo-Suécia, que teve como objetivo promover uma gestão integrada dos recursos naturais e conscientizar a sociedade a melhorar sua relação com o meio ambiente. Teve a participação de 113 países. No ano seguinte, em cumprimento ao compromisso firmado em Estocolmo, foi criada através do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, que tinha como propósito proteger a natureza, discutir juntamente com a opinião pública a questão ambiental, com o objetivo de que as pessoas evitassem atitudes predatórias e preocupassem mais com o meio ambiente, estando atentas à poluição. (LOMBARDI, 2008)

No Brasil, foi através da Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981, que foi institucionalizada formalmente a Educação Ambiental, sendo criada através dela a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, com o objetivo da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. De acordo com Carvalho (2002), uma observação importante a ser feita é a de que o número de projetos de educação Ambiental teve um aumento sensível provavelmente motivado pela consolidação da política ambiental brasileira.

A Constituição Federal trata o Meio Ambiente - ecologicamente equilibrado - como sendo um direito do cidadão. Estabelece ainda o vínculo entre qualidade ambiental e cidadania. Para garantir a efetividade desse direito, ela determina como uma das obrigações do Poder Público à promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino além da conscientização pública (BRASIL, 1988). Esta Lei foi promulgada em 1988 e, já em 1989, o governo brasileiro iniciava suas primeiras ações para o atendimento, criando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), com a finalidade de cuidar da preservação, controlar, fiscalizar e conservar a fauna e flora, além de estudar o ambiente e fornecer as licenças ambientais.

Aconteceu no ano de 1992, a reunião de diversos países em busca de soluções através da Eco 92, sediada no Rio de Janeiro, o encontro reuniu chefes de 172 países, para a discussão, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, atendendo

as necessidades do presente, sem comprometer as futuras. Nesse encontro, foram elaboradas a Carta da Terra, simulando uma carta escrita pela Terra, com 16 atitudes que todos deveriam adotar para viver melhor e a Agenda 21, o documento brasileiro que foi elaborado com base na conservação ambiental e crescimento econômico do país. A Agenda 21 cita em sua introdução que:

A humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas ao meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos - em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável.

Com a formulação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) em 1994, percebeu-se o cumprimento do estabelecido no artigo 225 da Constituição Federal em seu inciso IV: “Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Do ponto de vista pedagógico, o maior avanço ocorreu em 1998 com a instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são recomendações de qualidade elaboradas pelo Governo Federal para padronizar e nortear o ensino no país, onde o tema passava a ser tratado como transversal, ficou desta forma estabelecida a correlação entre educação e meio ambiente.

Todas as características da Educação Ambiental estão corroboradas com a Lei Federal 9.795, de 27 de abril de 1999, onde houve a consolidação do conceito de Educação Ambiental indicando finalmente os principais aspectos a serem abordados e trabalhados para o que fora considerado a construção e formação da percepção do indivíduo com relação ao meio ambiente. Nela foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental em seu artigo 1º, nos termos do artigo 225 da Constituição Federal que vem indicar que:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio

ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Para Zitzke (2002), pode-se considerar que a educação ambiental torna-se um dos pilares do desenvolvimento sustentável e que contribui para uma compreensão que é fundamental pela humanidade. Busca-se, nesta dinâmica, associar meio ambiente e cidadania construindo um pensamento ético de consideração e respeito ao meio ambiente e, que promova fundamentalmente a manutenção da qualidade de vida, formado na percepção dos indivíduos e dos grupos sociais. Neste caso, vale ressaltar que primeiro deve ocorrer a formação individual e depois estender-se de forma coletiva, a necessidade de envolvimento e engajamento nos diversos movimentos.

A resolução CONAMA n° 306 de 05 de julho de 2002, destaca que: “Meio Ambiente é o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

De acordo com a ABNT NBR ISO 14001 (2004, p. 10), tem-se a seguinte definição para meio ambiente: “circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações.” Com relação à série ISO 14001, trata-se de uma norma que especifica os requisitos relativos a um sistema de gestão ambiental, fornecendo um roteiro que permite a organização desenvolver e implementar sua política e objetivos levando em conta os requisitos legais e outros requisitos por ela subscritos. Incluem-se informações referentes aos aspectos ambientais significativos, buscando direcionar a organização com relação à obtenção de certificações ambientais.

Desta forma, é de responsabilidade da organização o meio ambiente que a cerca, sendo de sua competência o compromisso de respeitá-lo, agir como não poluente e cumprir as legislações e normas pertinentes (NBR ISO 14001).

Para que a empresa consiga se adequar a esta necessidade, cumprindo a legislação e desenvolvendo uma política ambiental que atenda os requisitos necessários alinhados ao seu planejamento estratégico, se torna necessário e de fundamental

importância o concílio com a educação. O envolvimento e o engajamento de todos é um fator condicionante para o sucesso da criação e implementação das políticas ambientais na organização. E, o fato é que não há meio que assegure o sucesso a não ser pelo envolvimento de todos.

As empresas encontram-se em uma situação de grande desafio. Por um lado contar com a formação adquirida pelos colaboradores já que a educação ambiental é um componente permanente da educação nacional, e por outro alinhar esta formação para os interesses organizacionais.

A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Com essa diretriz, os sistemas de ensino têm obrigação legal de promover oficialmente a prática de Educação Ambiental (MEC, 2001, p. 15).

Com a realização em 2002 da 5ª Conferência Latino-Americana – Ecolatina 2002 – na cidade de Belo Horizonte que envolveu autoridades governamentais e muitos representantes de organismos internacionais, se obteve como resultado a “Carta de Belo Horizonte”, que apresenta uma série de propostas para a educação ambiental.

Uma delas é que o governo federal e os estaduais devem envolver as universidades para que as mesmas concedam aporte técnico-científico, em programas de capacitação de recursos humanos, em educação ambiental, para os municípios e estados, disponibilizando professores e recursos instrucionais. Com o objetivo de garantir o cumprimento da Lei nº 9.795, de 12 de fevereiro de 1999, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental, os municípios deveriam dar apoio às atividades de ensino destinando 5% do orçamento para a educação ambiental. O papel das escolas é o de fomentar e estimular a participação dos alunos em estudos locais e regionais sobre saúde ambiental em vários campos como água potável, saneamento, alimentação, saúde e os ecossistemas.

A carta de Belo Horizonte, pondera ainda que a educação ambiental deva ser considerada prioridade nos programas de financiamento local, regional, nacional e internacional, e que a educação ambiental seja utilizada como instrumento para ampliar a participação da sociedade nas ações ambientais do município previstas na

Agenda 21, sendo observadas nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (Codemas), nos consórcios intermunicipais e governos locais, no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor.

Com todas estas propostas percebe-se que os governos, as Instituições de Ensino Superior e as empresas, ainda buscam meios concretos para viabilizar e atender essas demandas. Sendo assim, devem-se buscar alternativas que promovam um contínuo processo de formação objetivando a reflexão que leve o indivíduo a uma mudança de mentalidade. As ações e os projetos não deverão ser trabalhados de forma isolada, mas sim deverão ser envolvidos por todos da comunidade, permitindo que a experiência possa ser vivenciada por todos.

O modelo de educação vigente nas escolas, faculdades e universidades, segundo Dias (2003), utiliza-se de um sistema fragmentado em disciplinas porque é oriundo de um paradigma positivista juntamente com uma pedagogia tecnicista. Este é um grande desafio para a interdisciplinaridade. E, se os PCNs abordam o tema como transversal, implica no fato de que o aluno tenha acesso às informações pertinentes ao assunto em várias áreas do conhecimento. A grande dificuldade então seria de se formular modelos integrados e interdisciplinares. O fato é que a transversalidade promove uma compreensão mais abrangente dos diferentes objetos de conhecimento. Desta forma, se a sociedade concentrar suas nossas ações, em produzir uma concepção de educação que seja tratada como valor social, ela tornar-se-á realmente um instrumento de constituição da cidadania.

A Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 além de definir o que é educação ambiental, acrescenta seu estudo como sendo componente essencial e permanente da educação nacional devendo estar presente em todos os níveis. Determina ainda os princípios básicos da educação ambiental e direciona quanto aos objetivos. Em seu Art. 3º institui que é competência do poder público: “definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente”. Ainda segundo essa legislação percebemos que:

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (BRASIL, 1999.)

Em junho de 2012 aconteceu no Rio de Janeiro depois de 20 anos passados da Eco-92, a Rio+20, onde chefes de estados discutiram as possibilidades de transformação do planeta em um lugar melhor para se viver. A Rio+20 desenvolveu a discussão da renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

2.2 A CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade ambiental se define como o registro e suas devidas evidenciações dos bens, direitos e obrigações, de determinada empresa ligados ao meio ambiente.

A história da Contabilidade é tão antiga quanto à história da civilização, surgindo da necessidade do homem em controlar suas riquezas. Demonstrando assim segundo Ludícibus (2000, p. 30) que:

a preocupação com as propriedades e a riqueza é uma constante no homem da Antiguidade, e o homem teve de ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação da situação patrimonial à medida que as atividades foram desenvolvendo-se em dimensão e complexibilidade.

Com o desenvolvimento da sociedade, os métodos da contabilidade foram avaliados, surgiram novas teorias e práticas, até chegar ao nível atual. Assim, a contabilidade é considerada uma ciência social, que tem como objeto de estudo o patrimônio das empresas, ou seja, seu conjunto de bens, direitos e obrigações.

Isto pode ser verificado em algumas definições, sobre a Contabilidade, expressadas por Lopes de Sá, Sérgio de Ludícibus, dois renomados autores da Ciência Contábil e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, apresentados a seguir:

Sá (2000, p. 46), considera que "a Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia das células sociais".

Ludícibus (2000, p. 19) afirma que o "[...] objetivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários [...]", sejam eles os proprietários ou administradores da empresa, os funcionários, os fornecedores, os bancos ou analistas financeiros, os sindicatos, a sociedade ou o Governo. Visando auxiliar que cada usuário das informações contábeis possam tomar suas decisões de forma a realizar seus julgamentos com segurança.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, nº 774, de 16 de dezembro de 1994, em seu item 1.4, dispõe que a Contabilidade tem por objetivo:

[...] prover os usuários com informações sobre aspectos de naturezas econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

Assim, devido à grande responsabilidade que a informação contábil possui, a contabilidade encontra-se em constante evolução, através de estudos, pesquisas,

mensuração de bens tangíveis e intangíveis, preocupando-se com a evidenciação e visando atender aos seus objetivos principais. Segundo Ribeiro (1992, p. 56):

A contabilidade, enquanto instrumento de comunicação entre empresas e sociedades, poderá estar inserida na causa ambiental. A avaliação patrimonial, considerando os riscos e benefícios ambientais inerentes às peculiaridades de cada atividade econômica, bem como sua localização, poderá conscientizar os diversos segmentos de usuários das demonstrações contábeis sobre a conduta administrativa e operacional da empresa, no que tange o empenho da empresa sobre a questão.

Tinoco e Kraemer (2011, p. 12) destacam que a contabilidade “[...] é o veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente”. A Contabilidade Ambiental surge como um fenômeno social, com o interesse da sociedade no impacto econômico das empresas, portanto as empresas passaram a dar mais atenção aos problemas ligados à proteção, preservação e recuperação ambiental. Ribeiro (2006, p. 45) afirma:

A Contabilidade Ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já amplamente conhecida. Adaptando o objetivo desta última, podemos definir como objetivo da contabilidade ambiental: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

Sendo assim, a Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade e sim uma especialização da contabilidade tradicional buscando registrar, mensurar, avaliar e evidenciar todos os eventos ambientais. Portanto, conceituar a Contabilidade Ambiental é direcionar os sistemas de informações já adotados pela Contabilidade, para a evidenciação e mensuração dos impactos ambientais no patrimônio das empresas e da conduta destas em relação ao meio ambiente para os usuários da informação contábil. Antunes¹ (2000 *apud* OLIVEIRA, 2005, p.38) complementa que a Contabilidade Ambiental:

[...] tem por objetivo registrar e controlar toda e qualquer atividade desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa a vir causar qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em

¹ ANTUNES, C. C. **Sociedades Sustentáveis: a responsabilidade da Contabilidade**. In: Anais XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000, Goiânia.

consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais da Contabilidade - Resolução 759/93 do Conselho Federal de Contabilidade.

A contabilidade ambiental pode ser definida como um processo de identificação de dados e registros de eventos ambientais, processamento e geração de informações que auxiliam o usuário servindo de parâmetro para suas decisões (PAIVA, 2003). Fornecendo essas informações para tomada de decisão, trazendo grandes benefícios para a sociedade e sendo um fator de grande competitividade para as empresas.

A Contabilidade do meio ambiente tem crescido de importância para as empresas em geral porque a disponibilidade e/ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto de debate econômico, político e social em todo mundo. TEIXEIRA² (2000 apud OLIVEIRA, 2005)

Ribeiro³, em sua pesquisa intitulada “A Contabilidade como instrumento do Gerenciamento Ambiental”, enfatiza que:

Cabe a todas as áreas científicas e profissionais atuar na preservação e proteção ambiental. Assim sendo, a área contábil pode (e deve) empenhar-se para que seus instrumentos de informação melhor reflitam o real valor do patrimônio das empresas, seus desempenhos e, ao mesmo tempo, melhor satisfaçam às necessidades dos usuários, inclusive sob o aspecto ambiental, dado que todas, ou quase todas, as alternativas apresentadas para seu controle e preservação são mensuráveis e, portanto, passíveis de contabilização e informação à sociedade. A evidenciação dos desembolsos relacionados ao meio ambiente é de relevante importância para atender às necessidades atuais, ou seja, a de informação como instrumento de combate à crescente evolução dos níveis de poluição e seus efeitos nocivos. (RIBEIRO, 1999, p. 3).

Logo todas as áreas de conhecimento devem ajudar na proteção do meio ambiente, já que a sua proteção não é um interesse restrito de um grupo ou uma ciência, e sim de interesse de toda a sociedade.

² TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade ambiental: a busca da Eco-eficiência**. In: Anais XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000, Goiânia.

³ Trabalho apresentado nos Anais do VI Congresso Internacional de Custos, em 1999.

2.2.1 Contas Ambientais

As contas são a essência da Ciência Contábil, é através delas que se identificam cada elemento do patrimônio da empresa, bens, direitos, obrigações, despesas, receitas e patrimônio líquido. Todos os fatos e acontecimentos que ocorrerem na empresa como vendas, compras, pagamentos e recebimentos, são registrados na contabilidade em contas próprias.

O Plano de contas é o grande aliado da empresa, na apuração das suas demonstrações, seu objetivo é o registro adequado das operações realizadas em uma empresa. Nessa perspectiva, Ferreira (2011, p. 97) afirma que: “o plano de contas é, antes de mais nada, a peça-chave do planejamento contábil. Deve ser objetivo, claro, e poder representar as devidas contas que receberão os registros das transações econômicas realizadas ou dos fatos geradores”.

Tinoco e Kraemer (2011, p. 57) destacam que o plano de contas “é um conjunto estruturado de contas, numeradas ou codificadas racionalmente, o qual permite seu uso em sistemas de contabilidade mecânicos, ou ainda sistemas contábeis eletrônicos, manuais”.

A organização das contas ambientais é semelhante ao que se observa com as contas da contabilidade tradicional, visando o controle patrimonial ambiental da empresa, assim como a apuração dos resultados. A necessidade do controle, tanto patrimonial como o de resultado, tem origem na obrigação que a empresa possui em responder por toda ação que venha agredir o meio ambiente.

A Contabilidade Ambiental deve garantir que os custos, ativos, passivos e despesas ambientais encontrem-se dentro dos princípios fundamentais da contabilidade e que haja ampla transparência quanto à informação contábil necessária aos usuários.

Todas as informações quanto às contas ambientais são utilizadas pela contabilidade ambiental como base para o gerenciamento. Tais informações devem estar elucidadas nos demonstrativos contábeis para que a informação abranja todos os

investimentos realizados pela empresa, sejam eles relevantes a compra de bens permanentes ou no cumprimento das obrigações contraídas em prol do meio ambiente, assim como sua preservação e recuperação. Dessa forma, a contabilidade estaria realizando seu papel social (RIBEIRO, 2006).

Assim o Plano de Contas é um levantamento de contas utilizado pela empresa, para o registro contábil de todos os fatos que afetam seu patrimônio, as quais devem estar estruturadas de acordo com a Lei nº 6.404/76 e com as suas necessidades. Para Franco (1997, p. 123) “o plano de contas é um dos aspectos mais importantes da organização contábil, e destina-se a orientar o registro das operações, oferecendo a vantagem de uniformização das contas utilizadas em cada registro”.

A organização das contas patrimoniais e de resultados ambientais, semelhantemente ao que se examina no plano de contas contábil tradicional objetiva o controle do patrimônio da empresa. Importante destacar que as contas ambientais estarão organizadas em conjunto com as contas contábeis tradicionais, para o registro das operações contábeis.

Apresenta-se a seguir um modelo de plano de contas em conformidade ao que estabelece a Resolução nº 1.418/12 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, adaptado por Garcia (2013), contemplando a inclusão de algumas contas vinculadas às questões de caráter ambiental (Tabela 01):

Tabela 01 - Plano de Contas Simplificado

PLANO DE CONTAS SIMPLIFICADO	
Código	Descrição das Contas
1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa
1.1.1.01	Caixa
1.1.1.02	Bancos Conta Movimento
1.1.2	Contas a Receber
1.1.2.01	CRÉDITOS DE ALIENAÇÕES DE RESÍDUOS AMBIENTAIS
1.1.2.02	(-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa
1.1.3	Estoque
1.1.3.01	Mercadorias
1.1.3.02	Produtos Acabados
1.1.3.03	INSUMOS PARA UTILIZAÇÃO EM RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

1.1.4	Outros Créditos
1.1.4.01	Títulos a Receber
1.1.4.02	Impostos a Recuperar
1.1.4.03	Outros Valores a Receber
1.3	ATIVO NÃO CIRCULANTE
1.3.1	Realizável a Longo Prazo
1.3.1.01	CRÉDITOS À RECEBER POR ALIENAÇÃO - PROJETO CARBONO
1.3.1.02	(-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa
1.3.2	Investimentos
1.3.2.01	Participações Societárias
1.3.2.02	ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
1.3.3	Imobilizado
1.3.3.01	Terrenos
1.3.3.02	Edificações
1.3.3.03	Máquinas e Equipamentos
1.3.3.04	Veículos
1.3.3.05	Móveis e Utensílios
1.3.3.06	(-) Depreciação Acumulada
1.3.4	Intangível
1.3.4.01	Softwares
1.3.4.02	(-) Amortização Acumulada
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.1	PASSIVO CIRCULANTE
2.1.1	Fornecedores Nacionais
2.1.1.01	Fornecedor
2.1.2	Empréstimos e Financiamentos
2.1.2.01	Empréstimos Bancários
2.1.2.02	Financiamentos
2.1.3	Obrigações Fiscais
2.1.3.01	SIMPLES NACIONAL
2.1.3.02	ICMS a Recolher
2.1.3.03	ISSQN a Recolher
2.1.4	Obrigações Trabalhistas e Sociais
2.1.4.01	Salários a Pagar
2.1.4.02	FGTS a Recolher
2.1.4.03	INSS dos Segurados a Recolher
2.1.5	Contas a Pagar
2.1.5.01	Telefone a Pagar
2.1.5.02	Energia a Pagar
2.1.5.03	Aluguel a Pagar
2.1.6	Provisões
2.1.6.01	Provisão de Férias
2.1.6.02	Provisão de 13º Salário
2.1.6.03	Provisão de Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário
2.1.6.04	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS EMINENTES
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
2.2.1	Financiamentos

2.2.1.01	Financiamentos Banco A
2.2.2	Outras Contas a Pagar
2.2.2.01	Empréstimos de Sócios
2.2.3	Provisões
2.2.3.01	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.1	Capital Social
2.3.1.01	Capital Subscrito
2.3.1.02	(-) Capital a Integralizar
2.3.2	Reservas
2.3.2.01	Reservas de Capital
2.3.2.02	Reservas de Lucros
2.3.3	Lucros/Prejuízos Acumulados
2.3.3.01	Lucros Acumulados
2.3.3.02	(-) Prejuízos Acumulados
3	RECEITAS, CUSTOS E DESPEAS (CONTAS DE RESULTADO)
3.1	RECEITAS
3.1.1	Receitas de Venda
3.1.1.01	Venda de Produtos
3.1.1.02	Venda de Mercadorias
3.1.1.03	Venda de Serviços
3.1.1.04	RECEITAS DERIVADAS DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS
3.1.1.05	(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções
3.1.2	Receitas Financeiras
3.1.2.01	Receitas de Aplicações Financeiras
3.1.2.02	Juros Ativos
3.1.3	Outras Receitas Operacionais
3.1.3.01	Receitas de Venda de Imobilizado
3.1.3.02	Receitas de Venda de Investimentos
3.1.3.03	Outras Receitas
3.2	CUSTOS E DESPESAS
3.2.1	Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos
3.2.1.01	Custos dos Insumos
3.2.1.02	Custos da Mão de Obra
3.2.1.03	Outros Custos
3.2.2	Despesas Operacionais
3.2.2.01	Despesas Administrativas
3.2.2.02	Despesas com Vendas
3.2.2.03	DESPESAS COM AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS
3.2.3	Despesas Financeiras
3.2.3.01	Juros Passivos
3.2.3.02	Outras Despesas Financeiras
3.2.4	Outras Despesas Operacionais
3.2.4.01	Despesas com Baixa de Imobilizado
3.2.4.02	Despesas com Baixa de Investimentos
3.2.4.03	Outras Despesas

Fonte: GARCIA, (2013, p. 85)

A estrutura de um Plano de Contas vai sofrer ajustes em virtude das particularidades que cada empresa em questão, de acordo com o seu ramo de atividade, localidade, tamanho, etc. Sendo personalizada por seus usuários que podem necessitar efetuar detalhamentos, que por um modelo de Plano de Contas previamente estabelecido, pode não compreender sua realidade.

Em conformidade com o plano de contas apresentado na tabela 01, Garcia (2013) apresenta exemplos das contas ambientais em destaque:

1.1.2.01: CRÉDITOS DE ALIENAÇÕES DE RESÍDUOS AMBIENTAIS: que se referem a títulos oriundos de alienação de resíduos derivados do processo produtivo que antes provavelmente seriam jogados na natureza, como ocorria, por exemplo, com o “pó de serra” derivado do corte de madeira e atualmente é vendido para serem utilizados em fornos evitando que sejam destruídos muitos quilômetros quadrados de matas.

1.1.3.03: INSUMOS PARA UTILIZAÇÃO EM RECUPERAÇÃO AMBIENTAL: nessa conta poderiam ser registradas, por exemplo, materiais que contribuem para a redução de emissão de gases nocivos à atmosfera. Podemos exemplificar nessa conta a utilização de filtros descartáveis aplicados em chaminés e coletores de resíduos.

1.3.1.01: CRÉDITOS A RECEBER POR ALIENAÇÃO - PROJETO CARBONO: Geralmente empresas e entidades que apresentam projetos relacionados ao crédito de carbono conseguem vender títulos para que convertidos em recursos financeiros possam resultar na captura de CO₂ e dessa forma ajudar o país a atingir suas metas assumidas no Tratado de Quioto.

1.3.2.02: ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: Áreas de preservação não podem ser utilizadas para operação da empresa e, atualmente, existe a possibilidade de se transferir uma área de preservação que deveria ser feita dentro de uma propriedade rural, por exemplo, para uma outra área adquirida perante outra entidade que assume a responsabilidade de manter as características exigidas pela legislação.

2.1.6.04: PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS EMINENTES: Se a empresa ainda não tem o fato gerador de uma indenização por um dano ambiental, mas possui condições suficientes para estimar seu valor e a probabilidade de sua ocorrência, ela deve efetuar a provisão como um passivo ambiental. No caso de provisões eminentes, sua classificação é de curto prazo se a probabilidade de indenização indicar um prazo menor do que doze meses.

2.2.3.01: PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS: Idêntica à situação anterior, essa provisão se aplica nos casos de prazos maiores do que doze meses sendo classificada, portanto no longo prazo.

3.1.1.03: RECEITAS DERIVADAS DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: Antigas ações descartes de resíduos e sobras derivadas do processo de produção que agrediam o meio ambiente hoje são alienadas para contribuir com os investimentos ambientais, bem como ações de modificações de processos que resultem em ganhos para a empresa são classificadas como receitas ambientais.

3.2.2.03: DESPESAS COM AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: No sentido inverso ao das receitas as despesas ambientais derivam de aplicações em ações que visem à proteção ao meio ambiente que podem ocorrer de forma compulsória ou voluntária. GARCIA, (2013, p. 85)

O contador ao projetar o plano de contas de uma empresa, deve evidenciar todas as possibilidades e ações presentes no ramo da atividade da empresa, em conformidade com elaboração dos relatórios contábeis e gerenciais, contabilização de todas as operações mensuráveis monetariamente, satisfazendo ao entendimento de seus usuários.

2.2.1.1 Ativo Ambiental

Para a Contabilidade, Ativo é um termo usado para expressar um conjunto de bens e direitos que forma o patrimônio de uma empresa. O Ativo, de acordo com o artigo nº 178 da Lei 6.404/1976 (modificada pela Lei 11.941/2009), se constituirá dos seguintes grupos: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e representam a relação das contas onde se apresenta todos os bens e direitos da empresa, ou seja, todo dinheiro aplicado para a realização da sua atividade econômica, sendo composta pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis a curto ou longo prazo, incluindo os valores agregados à imagem e marca da empresa. Conforme ilustrado na tabela 02, de acordo com a Resolução do CFC 1.157/2009:

Tabela 02 - Estrutura do Grupo Ativo

ATIVO
ATIVO CIRCULANTE
ATIVO NÃO-CIRCULANTE
Realizável a Longo Prazo
Investimentos
Imobilizado
Intangível

Fonte: Resolução do CFC nº 1.157/09 (adaptado).

No ativo circulante, são apresentados os bens e direitos que a empresa possui que podem ser convertidos em dinheiro de imediato, no curto prazo, são contas do ativo circulante: disponibilidades (dinheiro em caixa), conta movimento em bancos, aplicações financeiras, duplicatas a receber, estoques, despesas antecipadas, depósitos bancários, etc. Do mesmo modo no ativo não circulante são apresentados

os bens e direitos, com maior tempo de permanência, onde os mesmos serão movimentados após 360 dias e destinados ao normal funcionamento da empresa. Como demonstrado na tabela 02, esse grupo apresenta os seguintes subgrupos: Realizável a Longo Prazo: Valores a Receber, Investimentos: Participação em Outras Empresas, Imobilizado: Bens em Operação, Intangível: Direito Autoral, Software etc.

Logo os Ativos Ambientais são todos os bens e direitos que a empresa possui destinados à atividade ambiental, preservação, recuperação e proteção. Desse modo Tinoco e Kraemer (2011, p. 177) ressaltam: “são ativos ambientais todos os bens e direitos destinados ou provenientes de atividades de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo.” Compõem o ativo não circulante ambiental:

- a) **Realizável a Longo Prazo:** podem ser lançados os direitos originários de uma receita ambiental e os estoques, quando relacionados com insumos do sistema de gerenciamento ambiental ou com produtos reaproveitados do processo operacional.
- b) **Investimentos:** participação societária em empresas ecologicamente responsáveis
- c) **Imobilizado:** bens destinados à redução de agentes poluentes, a manutenção do gerenciamento ambiental.
- d) **Intangível:** são os bens ou direitos de difícil mensuração, como, por exemplo, a certificação ISO 14001 que valorizará a marca e a imagem da empresa.

2.2.1.2 Passivo Ambiental

O Passivo são as obrigações que a empresa possui, contraída voluntária ou involuntariamente, destinadas à aplicação em ações de preservação, recuperação e controle do meio ambiente. O passivo ambiental, como qualquer passivo de uma empresa, está dividido em: Passivo Circulante e Passivo Não-Circulante, originados de capital de terceiros e Patrimônio Líquido originado de capital próprio, os quais constituem as origens de recursos da empresa. No quadro abaixo pode-se visualizar

a estrutura do Passivo, que é demonstrada no Balanço Patrimonial, também de acordo com a Resolução do CFC 1.157/2009:

Tabela 03 - Estrutura do Grupo Passivo

PASSIVO
PASSIVO CIRCULANTE
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital Social
(-) Gastos com Emissão de Ações
Reservas de Capital
Reservas de Lucros
Prejuízos Acumulados

Fonte: Resolução do CFC nº 1.157/09 (adaptado).

Como visualizada na tabela 03, o passivo circulante é uma subconta do Passivo, que é demonstrada dentro de um Balanço Patrimonial. Nesta subconta constam todas as obrigações e os deveres da empresa que são pagas normalmente dentro do prazo de um ano, são considerados exemplos de um passivo circulante: fornecedores ou duplicatas a pagar, contas a pagar, impostos a pagar, empréstimos bancários a curto prazo, salários a pagar, encargos sociais a pagar etc.

De acordo com o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (1996, p. 5), o passivo ambiental conceitua-se “[...] como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”. Assim os passivos ambientais são definidos como toda obrigação que a empresa adquire originados de ações que degradam o meio ambiente, de danos ou infrações ambientais, recuperação e preservação do meio ambiente, além de empréstimos para aplicação na área ambiental, advindos do passado ou presente e que origemem entrega presente ou futura de ativos ou prestação de serviços.

Na perspectiva de Ribeiro (2006, p. 80), resumindo:

os passivos ambientais têm origem em gastos relativos ao meio ambiente, os quais do período atual ou anteriores, na aquisição de bens permanentes, no ressarcimento de danos a terceiros ou na imposição de penalidades por comportamentos inadequados do ponto de vista ambiental. Há também os casos de compensações em que as companhias são convidadas a proporcionar benefícios à sociedade local em razão dos danos causados.

O plano de contas do passivo ambiental pode ser organizado da seguinte forma: meio ambiente a recuperar; indenizações por doenças causadas; multas prováveis; aposentadorias precoces; compensações diversas; contingências de impactos causados na água, no solo e no ar, entre outras.

2.2.1.3 Despesas Ambientais

São todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período. Entende-se por despesas ambientais o somatório do total de gastos referente à gestão ambiental, consumidos por um determinado período implicados na área administrativa. Qualquer entidade possui necessidade de serviços de gestão de pessoas e compras de matérias de consumo. Em todas essas áreas são desenvolvidas atividades inerentes à proteção do meio ambiente (RIBEIRO, 2006).

A ONU (Organizações das Nações Unidas) apud Ribeiro (2006, p. 85), enfatiza que:

partindo do fato de que, em alguns casos, os gastos ambientais podem estar relacionados a danos que ocorreram no passado e do questionamento quanto à sua correta classificação contábil, a ONU determina que esses custos devam ser reconhecidos no resultado do período em que se tornarem conhecidos.

Os Gastos são classificados de duas formas, voluntários e involuntários. Os voluntários são realizados espontaneamente pelas empresas, elucidando tanto investimentos realizados na prevenção e recuperação do meio, como também, abrangendo o processo produtivo, desde a produção de objetos até o treinamento de pessoal, entre outros. Agindo de forma sustentável, a empresa melhora sua imagem perante a sociedade. Já os gastos involuntários são acompanhados de grande desgaste da imagem da empresa, visto que, constituem desprendimento de recursos devido a imposições legais e penalidades diversas. Portanto, os gastos voluntários são menos onerosos à empresa, entendendo-se que sua aplicação reverte a uma imagem de empresa responsável e comprometida com o meio onde se insere já os involuntários, determina a redução do seu patrimônio.

Ludícibus (2000, p.133), descreve com relação às despesas ambientais que:

despesas, em sentido restrito, representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas. Note que a despesa pode referir-se a gastos efetuados no passado, no presente ou que serão realizados no futuro. De forma geral, podemos dizer que o grande fato gerador de despesas é o esforço continuado para produzir receita.

São exemplos de contas de despesas ambientais: Recuperação de áreas degradadas, como por exemplo, degradação do ar, solo e água; Depreciação de equipamento, como, tecnologia de poluente, limpa, de mitigação, de prevenção na emissão de resíduos e outras despesas como prevenção, treinamento e indenizações a terceiros. Importante ressaltar que quando as contas estão relacionadas ao processo produtivo, as mesmas deverão acompanhar a contabilização do custo de produção.

2.2.1.4 Custos Ambientais

Os gastos que a empresa realiza relacionado diretamente ao meio ambiente e que são necessários para a execução de suas atividades deverão ser classificados como custos ambientais. Ribeiro (2006, p. 183) relata que “os custos ambientais são representados pelo somatório de todos os custos dos recursos utilizados pelas atividades desenvolvidas com o propósito de controle, preservação e recuperação nesse setor”.

Teixeira⁴ (2000 apud OLIVEIRA, 2005), enfatiza que “custos ambientais são os custos requeridos para a gestão responsável do impacto ambiental das atividades da empresa, bem como outros custos focados nos objetivos ambientais da empresa”.

Os custos podem ser classificados, indiretamente ou diretamente, relacionados com a proteção do meio ambiente, compreendendo segundo Ribeiro (2006, p. 52):

⁴ TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade ambiental: a busca da Eco-eficiência**. In: Anais XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, Goiânia, 2000.

- todas as formas de amortização (depreciação e exaustão) dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental que pertencem à companhia;
- aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes;
- tratamento de resíduos dos produtos;
- disposição dos resíduos poluentes;
- recuperação ou restauração de áreas contaminadas e mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente. Dessa forma, os custos são gastos referentes à preservação, redução ou eliminação de agentes poluentes do processo produtivo.

Os custos diretos são aqueles associados ao longo do processo produtivo, por exemplo: mão de obra, matéria-prima, insumos antipoluentes, depreciação de equipamentos, etc. Normalmente as empresas não encontram dificuldades em mensurá-los. Já os custos indiretos são aqueles custos ligados à preservação ambiental, gerados pelo impacto da atividade da empresa. Como exemplo: aluguel da área ocupada, salários de supervisores, recursos consumidos na área de preservação etc.

Martins e Ribeiro (1995, p.31), relatam que:

nunca se imputou, e ainda não se imputa à mercadoria produzida, todos os custos necessários à sua elaboração, pois a empresa agrega ao seu custo de produção somente o valor de insumos que representam desembolso financeiro por parte da empresa, ou seja, aqueles pelos quais efetivamente ela paga. Não são computados gastos futuros que a sociedade terá para repor esses bens, menos ainda o quanto a sociedade futura sofrerá para não tê-los à disposição, quando não renováveis.

Assim a mensuração e a identificação de alguns custos ambientais, visto que na maioria estes são custos intangíveis. Assim, atualmente custo ambiental é um termo considerado como um dos principais desafios, para a contabilidade ambiental.

2.2.1.5 Receitas Ambientais

As receitas são de modo geral a entrada de dinheiro que ocorre em uma empresa, podendo ser sob a forma de créditos de direitos ou dinheiro, normalmente referente à venda de bens ou serviços. Iudícibus (2000, p.167) relata que a receita:

é o valor monetário, em determinado período, da produção de bens e serviços da entidade, em sentido lato, validado, mediata ou imediatamente, pelo mercado, provocando acréscimo de patrimônio líquido e simultâneo acréscimo de ativo, sem, necessariamente, provocar, ao mesmo tempo, um decréscimo do ativo e do patrimônio líquido, caracterizado pela despesa.

A receita ambiental, de acordo com o IASC (Internacional Accounting Standards Committee) apud Ludícibus e Marion (2000, p. 173) pode ser definida como “o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que resulta em um acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital”. O principal objetivo da implementação de uma boa gestão ambiental, não é de gerar uma nova receita para a empresa, e sim, manter um controle responsável de produção e desenvolver um consenso responsável sobre os problemas ambientais. Contabilizar corretamente através de uma boa gestão ambiental será possível reduzir problemas ambientais futuros, evitando assim um passivo ambiental.

Considera-se receita ambiental tudo que deriva da atividade a ser desenvolvida pela empresa, por atitudes socialmente responsáveis sejam: prestação de serviços especializados em gestão ambiental, vendas de produtos reciclados ou produtos elaborados com as sobras de insumos, venda dos restos da matéria-prima que não será mais aproveitada, etc. Podendo assim ter um proveito econômico com sua utilização.

2.2.2 Evidenciação Contábil

Evidenciar de acordo com Dalmácio e Paulo (2004) é apresentar com clareza aquilo que não oferece dúvida e que se compreende de imediato. Já na área da contabilidade o termo evidenciação compreende comunicar um evento ou fato contábil sobre uma determinada empresa para um usuário da contabilidade, através da publicação de seus demonstrativos, denominada Demonstrações Contábeis.

De acordo com o IBRACON (NPC 27), as demonstrações contábeis:

[...] são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Com relação às demonstrações contábeis obrigatórias previstas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.185 de 28 de agosto de 2009, previsto no item 10, o conjunto das demonstrações obrigatórias completa são:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (f) demonstração do valor adicionado do período, conforme NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;
- (g) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias; e
- (h) balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado quando a entidade aplica uma política contábil retroativamente ou procede à reapresentação de itens das demonstrações contábeis, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis.

Assim, para a contabilidade as demonstrações contábeis são o principal meio de comunicação para com os seus usuários, representando a posição financeira e patrimonial da empresa, proporcionando informações acerca dos seus ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, ganhos, perdas, fluxos de caixa, alterações no capital próprio. Além das demonstrações obrigatórias citadas acima, temos o Balanço Social, que é uma demonstração voluntária importante, que trata das questões sociais, além de evidenciar os impactos causados ao meio ambiente, que será tratado no próximo tópico.

A contabilidade ambiental, conforme Ribeiro (2006), permite constar e medir, através das demonstrações contábeis, as ações e transações econômico-financeiras que elucidam a interação da empresa com o meio ambiente. As demonstrações contábeis são extraídas dos registros, livros e documentos da contabilidade de qualquer empresa, sendo que para sua correta elaboração, o contador segue os padrões e as normas estabelecidas pelos órgãos de classe regulamentadores, no caso específico da Ciência Contábil o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A evidenciação tem como principal objetivo a divulgação do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das corporações e das entidades públicas, parceiros e à sociedade (FERIGOLO; JÚNIOR, 2007).

Com a implantação da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T-15, prevista na Resolução nº 1.003 de 19 de agosto de 2004, alguns procedimentos são estabelecidos para evidenciação das informações de natureza social e ambiental. Sua criação tem por objetivo demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

Essa norma foi o estopim para apresentação de forma legal das informações pertinentes à geração e distribuição de riquezas, recursos humanos e interação com o ambiente externo e meio ambiente. Segundo Ferigolo e Júnior (2007), a adoção desses relatórios é recente, visto que muitas empresas não passaram por auditorias, havendo assim receio em transparecer informações não adequadas às quais se deseja verificar. De acordo com Ribeiro (2006, p. 110), recomenda-se evidenciar os aspectos, a saber:

- natureza dos gastos e passivos ambientais incluídos nas demonstrações contábeis;
- imposições para recuperação, bem como expectativa de mudanças;
- interação com o meio ambiente incluindo:
 - políticas e programas adotados, ou justificativa para não tê-los;
 - melhorias introduzidas nas áreas chave desde a inserção das políticas e programas, ou nos últimos 5 anos, o que for mais curto;
 - medidas de proteção ambiental implementadas devido a legislação e seus resultados (por exemplo, volume da redução de emissões);
 - quaisquer incentivos tais como concessões e incentivos fiscais do governo, em compensação às medidas de proteção ambiental;
 - em que nível estes trabalhos foram realizados, tendo em vista a legislação governamental;
 - quaisquer procedimentos materiais sobre leis ambientais.

A globalização força uma postura transparente corroborando uma preocupação e consciência ambiental desenvolvida. Tal imagem é demonstrada através da evidenciação, que torna pública as ações da empresa em benefício do meio. Dessa

forma, caracteriza-se a função contar da contabilidade. Contar no sentido de informar, esclarecer, enfim, evidenciar.

O aumento da competitividade de mercado leva as entidades a buscar um diferencial, implantando de um sistema de informação mais completo e seguro, que visa mostrar de forma concisa os dados necessários à tomada de decisão pelos gestores, a fim de evitarem falhas nos processos operacionais. Além da competitividade, encontra-se em expansão o interesse da comunidade em geral com referência às ações direcionadas ao meio ambiente, acompanhado a preocupação das empresas na prevenção/reparação de possíveis danos ao mesmo.

Essa preocupação da sociedade com as questões ambientais é relatada na Norma de Procedimentos e Auditoria - NPA 11, do IBRACON, porém, ela discorre que essa preocupação deve ser refletida nas demonstrações contábeis e relatórios de administração das empresas. Demonstra, ainda, a importância do conhecimento das possíveis represálias sofridas decorrente de comportamento ambiental indevido pelas entidades, o que impõe a necessidade de realização de uma avaliação visando proteger-se de eventuais pedidos de indenização judicial relacionados aos efeitos danosos provocados pelas mesmas (IBRACON, 1996).

A evidenciação dos fatos ambientais é uma das contribuições da Contabilidade a todo processo de proteção e preservação ambiental. Em consequência de agentes externos, nas quais a sociedade reivindica uma postura ambientalmente correta e seus concorrentes também prestam informações ambientais, as empresas observaram que evidenciar os fatos contábeis relacionados com o meio ambiente tornou-se muito importante. Na figura abaixo, nota-se todos os agentes que levam a empresa evidenciar suas informações ambientais:



Figura 01 - Agentes que tem levado as empresas a evidenciarem na Contabilidade Ambiental
 Fonte: Carvalho, (2009, p.114)

Uma postura preventiva e conservadora passa a ser desenhada no cenário empresarial, sendo que qualquer ação por parte da empresa deve ser revelada aos possíveis clientes e atuais acionistas da corporação. A realização da evidenciação contábil ambiental deve ocorrer a cada ação realizada em benefício do meio ambiente e no momento da ocorrência do fato gerador de danos antes que estes sejam notificados. As empresas que agem passivamente sofrem represália por parte dos consumidores.

Dentre os relatórios contábeis destacamos nesta pesquisa o Balanço Social que deve ser elaborado em conformidade com os princípios e normas da Contabilidade em todos os demonstrativos contábeis, sejam eles princípios: da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo valor original, da Competência e da Prudência. Possui como principal objetivo demonstrar o grau de comprometimento da empresa relacionado com as informações de cunho social e ambiental, respeitando os direitos de seus funcionários, e principalmente desenvolvendo um processo operacional sem agressões ao meio ambiente.

Torna-se necessário a utilização dos relatórios contábeis, para que os investimentos e custos decorrentes da questão ambiental sejam evidenciados de maneira correta.

Assim sua clara evidenciação constitui-se como uma das principais preocupações da contabilidade ambiental. Para tanto, introduzir no ambiente empresarial a Contabilidade Ambiental demonstra uma empresa consciente, adotando uma postura sustentável diante dos problemas ambientais e comprometida em preservar o planeta.

2.1.2.1 Balanço Social

Surgido e instituído na França, no ano de 1977, com uma visão limitada aos recursos humanos, o Balanço Social, ganhou amplitude à medida que se somou a questão ambiental, além de valores ligados à cidadania e economia do país (RIBEIRO, 2006). Porém até que esta demonstração realmente se torne conhecida e divulgada, poucas foram as empresas que a publicavam. Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2013),

[...] os primeiros balanços sociais de empresas foram divulgados no Brasil na década de 1980. A iniciativa, porém, só ganharia viabilidade em 1997, quando o Ibase elaborou um modelo único e simplificado de balanço, e o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, iniciou uma campanha pela divulgação voluntária das empresas.

O Balanço Social aparece para fornecer informações de caráter social, segundo Santos, Freire e Malo (1998, p. 2): “tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe [...] busca demonstrar o envolvimento surgido da relação natural entre empresa e sociedade.”

No ano de 1984, publicou-se, de forma voluntária, o primeiro Balanço Social Brasileiro, a Nitrofértil, empresa estatal situada no estado da Bahia, tentava dar publicidade às ações e ao processo participativo realizado por ela durante um determinado período (SILVA; FREIRE, 2001).

A proposta da divulgação periódica de Balanços Sociais ganhou grande amplitude no ano de 1997, onde algumas empresas dedicaram-se de forma ostensiva a essa prática, promovendo seminários, pesquisa, palestra e cursos sobre o respectivo

assunto. Todavia seu destaque maior foi o apoio e incentivo do sociólogo Herbert de Souza com o lançamento da campanha nacional pela publicação do Balanço Social, promovendo grandes discussões entre empresários e associações de empresas. Em novembro do mesmo ano, o IBASE em conjunto com a Gazeta Mercantil divulga o selo do Balanço Social como forma de estímulo as empresas.

O Balanço Social constitui uma demonstração contábil direcionada a quantificar e qualificar as ações sócioambientais das empresas, por meio de informações econômicas e sociais, que visam divulgar os dados relativos ao desempenho econômico, social e financeiro das organizações e seu reflexo positivo na sociedade (AMARAL, 2006).

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 31),

o Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua.

Tinoco (2001, p. 14) assim se pronuncia: “Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”.

De acordo com os conceitos acima apresentados, nota-se que os mesmos estão estabelecidos dentro de uma visão contemporânea, por trazerem em seu bojo a ideia de responsabilidade social. Segundo Martins⁵ (1997 *apud* PINTO e RIBEIRO, 2004, p. 22),

[...] a empresa, para atingir seus fins, consome recursos naturais; utiliza capitais financeiros e tecnológicos; utiliza, também, a capacidade de trabalho da comunidade em que está inserida e, por fim, persiste em função da organização do Estado. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que ela pertence- a empresa é uma célula da sociedade- portanto, deve, em troca, no mínimo prestar-lhe contas da eficiência com que usa esses recursos.

⁵ MARTINS, E. **Balanço social - ideia que merece permanecer**. Gazeta Mercantil, São Paulo - SP, p. A-3, 18 set. 1997.

A sua divulgação possui caráter alternativo, restringindo sua obrigatoriedade a empresas com quadro de 100 empregados ou mais e para as públicas, independente do número de empregados. Tal obrigatoriedade está regulamentada no Projeto de Lei nº 3.116/97, de acordo com o referido projeto de lei, o balanço social publicado pelas empresas deveria conter dados acerca do faturamento, aspectos de gestão de pessoas, encargos sociais, tributos pagos, investimentos em segurança, meio ambiente, benéficos à comunidade externa, a empresa, etc (PAIVA, 2003).

Para Ribeiro (2006), a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social gera várias discussões no meio contábil, alguns defendem sua imposição e outros pensam que as empresas do mercado econômico devem definir a evolução e amadurecer, sem imposições legais, sem estabelecer um padrão que não é necessariamente, adequado para todas. Os defensores da obrigatoriedade realizada de forma padronizada avaliam que a função social das empresas ficaria mascarada, visto que, há uma tendência de informarem apenas o que lhes é conveniente suprimindo e adicionando demonstrativos, dando ao balanço social a conotação de marketing.

Segundo Amaral (2006), a partir do momento em que o Balanço Social abrange o Balanço ambiental, Relatório da Administração e Notas Explicativas, torna-se um elemento muito eficiente no que concerne a divulgação das ações empresarias dentro das normas estabelecidas quanto à colaboração com o desenvolvimento sustentável, como também os pontos de negligenciamento acerca da legislação e do impacto ambiental.

O Balanço Social no Brasil ainda não passou pelo processo de padronização. As empresas que o realizam tomam como base os modelos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) e do Instituto Global Reporting Initiative (G.R.I), e ainda, outras desenvolvem o seu próprio modelo, atendendo suas características específicas (AMARAL, 2006).

Existem quatro modelos IBASE, que se adequam aos segmentos econômicos específicos, são eles: modelo para Instituições de ensino, fundações e organizações

sociais; modelo para Cooperativas; modelo para Micro e Pequenas Empresas e modelo para os demais tipos de empresa. Já o modelo ETHOS apresenta um Guia de Elaboração do Balanço Social dividido em 4 tópicos: apresentação; empresa; atividade empresarial; e anexos, incorporando os modelos do Balanço Social do IBASE. Por fim, o modelo G.R.I. constituído de indicadores com a finalidade de expor: visão e estratégia; perfil da organização e relatório; estrutura de Governança; compromisso com os públicos de interesse; indicadores econômicos; indicadores ambientais e sociais (AMARAL, 2006).

Trabalhando no mercado há mais tempo na elaboração e melhoramento do Balanço Social, o IBASE desenvolveu um modelo (Anexo A) com continuidade e de fácil aplicação, contendo informações pertinentes ao cunho econômico, social e ambiental, de acordo com a estrutura a seguir:

- Base de Cálculo: elenca informações sobre a Receita Líquida, Lucro Operacional e Folha de Pagamento Bruta;
- Indicadores Laborais: contêm dados acerca da Alimentação, Encargos Sociais Compulsórios, Previdência Privada, Saúde, Educação, Creches/Auxílio Creche, Participação nos Lucros ou Resultados e outros Benefícios;
- Indicadores Sociais: discorre sobre informações acerca de Tributos, Contribuições para a Sociedade/Investimentos na Cidadania como Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Habitação, Esporte e Lazer, Creches, Alimentação e Investimento em Meio Ambiente;
- Indicadores do Corpo Funcional: pondera informações sobre Número de Empregados ao Final do Período, Número de Admissões Durante o Período, Número de Mulheres que Trabalham na Empresa, Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres, Número de Empregados Portadores de Deficiência (ARNOSTI, 2000).

Contudo, de acordo com Amaral (2006), o Balanço social vem a integrar o sistema de informação contábil, juntamente aos Demonstrativos Contábeis tradicionais, não os suprimindo. Juntamente com os demonstrativos das atividades sociais e outros como a Demonstração do Valor Adicionado, propala as informações de desempenho social, econômico e de relação com a comunidade na qual a empresa se insere.

Sua publicação visa facilitar a distinção entre as empresas que se preocupam com o aspecto ambiental e social e aquelas que não se preocupam ou que por não se preocuparem em melhorar a evidenciação dos seus demonstrativos, não publicam as suas atividades neste aspecto. Não percebendo assim, a importância que a sociedade atribui atualmente às empresas que tem responsabilidade social. A sociedade só terá conhecimento se a empresa divulgar os fatos.

2.3 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808 foi o marco para o ensino comercial no Brasil, trazendo o desenvolvimento no campo da educação. Johnson, Mauro e Silva (1992) destacam que as principais instituições como a Casa da Moeda, o Banco do Brasil, a Biblioteca Pública, foram criadas por D. João VI a partir deste mesmo ano. De acordo com Furtado (1995, p. 95):

Não existindo na Colônia sequer uma classe comerciante de importância [...] resultava que a única classe com expressão era a dos grandes senhores agrícolas. [...] A grande agricultura tinha consciência clara de que Portugal constituía um entreposto oneroso e a voz dominante na época era que a Colônia necessitava urgentemente de liberdade de comércio.

Assim como parte de um conjunto de medidas administrativas de cunho econômico tomado por D. João VI, em 1809 foi instituída a Aula de Comércio da Corte através do alvará de 15 de julho, sendo o princípio do ensino comercial, hoje denominado Curso de Ciências Contábeis.

Pelo decreto nº 456 de 06.07.1846, foi promulgada o Regulamento das Aulas de Comércio, revelando que o currículo das aulas era composto de disciplinas de cunho prático, voltadas às necessidades no campo dos negócios, que eram atividades que requisitavam instrumentos de gestão mais eficientes. A organização do curso, segundo Peleias et al (2007, p. 24), era a seguinte:

O período letivo original era de dois anos, com exames finais abordando disciplinas como Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais, e a Arte da Arrumação de Livros, conforme consta no artigo 12 do Regulamento. No capítulo dos objetos do ensino, o Regulamento definia, para o segundo ano, a oferta das disciplinas História Geral do Comércio e Arrumação e Prática de Livros. Os livros deveriam ser escriturados pelos alunos e apresentados quando solicitados.

As escolas de comércio sofreram várias reformas no sentido de acompanhar a necessidade econômica do país, através do Decreto nº 769 de 09.08.1854 sucedeu-se a reforma que se concretizou com o Decreto nº 1763 de 14.05.1856 onde se deu novos estatutos à Aula de Comércio da Corte, mantendo-se a duração do curso em dois anos, gerando mudanças na matriz curricular onde o conteúdo do curso e as matérias do ensino eram distribuídos pelas seguintes Cadeiras:

- a) 1º Ano: 1ª Cadeira: Contabilidade e Escrituração Mercantil, 2ª Cadeira: Geografia e Estatística Comercial.
- b) 2º Ano: 1ª Cadeira: Direito Mercantil, 2ª Cadeira: Economia Política com aplicação especial ao comércio e à indústria.

Foi o Decreto nº 20.158 de 30.06.1931 que regulamentou a profissão de contador, reorganizando assim o ensino comercial, que foi dividido em três níveis: o propedêutico, o técnico e o superior. Conforme Peleias et. al. (2007, p. 26), o nível propedêutico exigia o mínimo de doze anos de idade para o ingresso. No nível técnico, o ensino comercial dividiu-se em ramificações: secretário, guarda-livros e administrador-vendedor, com duração de dois anos, e atuário e perito contador, com duração de três anos. Segundo o mesmo autor, o Decreto-Lei nº 1.535 de 23.08.1939 mudou a denominação do Curso de Perito Contador para Curso de Contador.

Para Favero (1987, p. 28-29), com o Decreto-Lei nº 6.141 de 28.12.1943:

[...] o ensino comercial brasileiro sofreu uma nova reformulação. Este Decreto-Lei trazia no seu bojo uma proposta mais ampla de reformas educacionais, buscando atender basicamente a dois objetivos: 1º) promover a articulação entre o sistema educacional e o ensino comercial; e, 2º) elevar o curso de Contador ao nível superior, através da reformulação dos currículos.

Com base nesse Decreto-Lei, o ensino comercial foi incorporado ao sistema de ensino médio no Brasil, assemelhando-se ao ensino secundário. A criação do curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais foi instituída pelo Decreto-Lei nº 7.988 de 22.09.1945, pelo ministro da educação na época Gustavo Capanema, com a duração de quatro anos, concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes. Sendo que somente por meio do Decreto nº 15.601 de 26.01.1946, foi autorizada a funcionar na Universidade de São Paulo, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas – FCEA, posteriormente denominada Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA, surgindo também o primeiro núcleo de pesquisa Contábil no país, e com relevantes contribuições para a área e significativamente, para o desenvolvimento do ensino contábil no Brasil.

Entretanto, para Ludícibus (2000, p. 41):

[...] foi com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, em 1946, e com a instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, que o Brasil ganhou o primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil nos moldes norte-americanos, isto é, com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor.

De acordo com o Decreto-Lei 9.295 de 27.05.1946, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, com a finalidade de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil.

A Lei nº 1.401, de 31.07.1951, desmembrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, criando de forma independente, o Curso de Ciências Contábeis e o de Ciências Atuariais, instituindo diplomas distintos para ambos os cursos. Essa lei permitiu ainda, em seu artigo 4º, que estes cursos fossem concluídos em três anos, a partir de que as condições didáticas e os horários escolares assim o permitissem.

A Resolução nº 03, de 05/10/1992, do Conselho Federal de Educação – CFE suscitou contribuições significativas para o aperfeiçoamento do ensino contábil no Brasil. Definiu que a duração estabelecida do curso de graduação de Ciências Contábeis seria de 2.700 horas/aula realizado num mínimo de quatro e no máximo de sete anos. Fixou normas para que cada Instituição de Ensino Superior - IES

elaborasse os currículos de ciências Contábeis, adotando uma orientação pedagógica coerente com os objetivos, devendo definir o perfil do profissional a ser formado, observando as necessidades da cada região e dos seus alunos.

Peleias et al. (2007, p. 28), afirmam que:

Essa Resolução agrupou as disciplinas em três categorias de conhecimentos: Categoria I: conhecimentos de formação geral e de natureza humanística; Categoria II: conhecimentos de formação profissional e Categoria III: conhecimentos ou atividades de formação complementar. As disciplinas contábeis foram concentradas nas categorias II e III. A categoria II reuniu disciplinas contábeis exigidas na formação superior, conhecimentos eletivos a critério das instituições e as "Contabilidades Aplicadas". A categoria III reuniu conhecimentos ou atividades de formação complementar, obrigatórios de formação instrumental e atividades obrigatórias de natureza prática, a critério de cada instituição.

Em 03 de Abril de 2002, foi editado o Parecer CNE/CES nº 146 de 03.04.2002, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para vários cursos de graduação inclusive o de Ciências Contábeis. Destacando-se os seguintes conteúdos curriculares, para a Graduação em Ciências Contábeis:

- I- Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II- Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, além de suas relações com a Atuária, e da Auditoria, da Controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- III- Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Em 2003, foi aprovado o Parecer CNE/CES nº 67, que procurou reunir, em parecer específico, todas as referências normativas existentes na Câmara de Educação Superior associadas com a concepção e a conceituação dos Currículos Mínimos profissionalizantes fixados pelo então Conselho Federal de Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais fundamentadas pelo Conselho Nacional de Educação.

E o Parecer CNE/CES nº 289/2003, que teve por objetivo elaborar e aprovar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis a

serem observadas pelas IES em sua organização curricular manteve os objetivos propostos pelo Parecer CNE/CES nº 146/2002.

2.4 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACULDADE VALE DO CRICARÉ

Criada em Março de 1997, a Faculdade Vale do Cricaré (FVC), iniciou suas atividades em Julho de 2000, após receber a primeira visita *in locu* da Comissão de Avaliação do MEC, quando lideranças da região detectaram a necessidade imediata de oferecer uma educação de nível Superior à comunidade do norte do Espírito Santo e sul da Bahia, até então desprezados. (PPI-FVC, 2006)

Com o acelerado desenvolvimento do município tornou-se rapidamente grande destaque no cenário regional como o principal fomentador para novos negócios, desenvolvendo o comércio local, ampliando a vocação turística. Com isso, o município refletiu a grande necessidade de mão de obra qualificada, ou seja, profissionais capazes de formar, em especial, a base contábil para o processo de desenvolvimento.

Sendo assim, a Faculdade Vale do Cricaré (FVC), acreditando no crescimento do município, implantou em 2000 o Curso Superior de Ciências Contábeis. A formação em contabilidade se tornou estratégica e importante, pois oportuniza além de crescimento profissional, o desenvolvimento pessoal, criando referências culturais que propiciam a percepção das imagens de uma região que se constrói e se modifica constantemente pelas inúmeras vivências sociais que são decorrências naturais de sua própria evolução.

Pela posição geográfica a região concentra a convergência de uma grande concentração demográfica proporcionada pela sua expansão territorial e a concentração de bens e serviços, possibilitando e favorecendo a implantação da Instituição de Ensino Superior, voltada a venda de serviços educacionais.

Em uma área que concentra uma população de aproximadamente 306.844 habitantes segundo refere o PPC de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), este número fundamenta o grande potencial da região para demanda de formação em nível superior.

Conforme o PPC do curso de Ciências Contábeis da FVC a região de clientela da Faculdade compreende diretamente os municípios do norte do Espírito Santo e sul da Bahia, com o foco principal a região denominada extremo norte capixaba.

Segundo seu Regimento Interno (2002) a Faculdade Vale do Cricaré cuja mantenedora é o Instituto Vale do Cricaré (IVC), resume sua atividade principal em promover a educação, a cultura, a comunicação e a manutenção de instituições de ensino superior visando à promoção e disseminação do ensino superior, da cultura e prestação de serviços à comunidade participando de forma ativa no desenvolvimento da região com base no que se refere à Constituição Federal:

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal. (BRASIL, 1988)

O seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), destaca o fato da necessidade da IES estar em harmonia com a comunidade, entendendo seu contexto e especificidades. O PPI procura expressar a preocupação natural com uma formação profissional de qualidade, apresenta proposta educativa voltada para a formação da cidadania e a busca pelo desenvolvimento dos educandos. Ofertando acesso ao conhecimento, com visão global e destacando o aspecto qualitativo, fator importante ao exercício da profissão e no atendimento das exigências do mercado. Para garantir sua missão, a FVC em seu Projeto Pedagógico Institucional estabeleceu as dimensões para organizar a educação demonstrada nos paradigmas fundamentais, observados na recomendação do Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

4.2.1 Saber, Conceder e Fazer – Dimensão Técnico-Científica – Compreensão de universalidade de ideias; Capacidade de buscar e aplicar novos conhecimentos e tecnologias; Adequada fundamentação teórica e instrumentação técnica, que permita adaptação às novas realidades, de qualquer natureza; Utilização da criatividade para resolução de situações.

4.2.2 Saber e Conviver – Dimensão Social - Compreensão da sociedade social e suas múltiplas determinações; inserção da sociedade; capacidade de intervenção na realidade, respeitando a sua historicidade, capacidade de liderança.

4.2.3 Saber e Ser – Dimensão Moral – desempenho de ações de qualquer natureza, norteado pelos valores de responsabilidade, solidariedade, ética e bem comum.

4.2.4 Saber e Fazer – Dimensão política – Exercício pleno da cidadania, atuação de forma empreendedora, buscando alternativas de sobrevivência na livre iniciativa, visão prospectiva. (PPI - FVC, 2006, p. 17).

Pesquisando ainda o Projeto Pedagógico Institucional da IES, nos aponta que são objetivos da mesma, formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborar na sua formação contínua, e, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade. Além disso, determina também que com relação às políticas de ensino o Projeto Pedagógico de cada curso ministrado pela FVC não se pode distanciar da elaboração conjunta, ouvindo os anseios do mercado local e regional, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Regimento Interno, os princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição.

Já o Projeto Pedagógico do Curso – PPC propõe quatro eixos que serão o direcionamento básico da formação desejada focando os quatros aspectos:

- Formação Conceitual Básica – através das disciplinas básicas o profissional terá uma formação sólida na área, o que lhe permitirá analisar problemas tecnicamente;
- Visão Humanística e de Negócios – através das disciplinas das áreas complementar e humanística, o profissional será capaz de contextualizar problemas, compreendendo e definindo o domínio da aplicação;
- Formação Tecnológica Atualizada – através das disciplinas da área tecnológica o profissional terá domínio das novas tecnologias da área;
- Experiência Prática – através da simulação de problemas práticos, de estudos de casos, de visitas a empresas e organizações, do desenvolvimento de trabalhos práticos, da participação em seminários, palestras e workshops e do exercício do trabalho cooperativo, o egresso poderá dimensionar e exercitar a aplicação de seus conhecimentos. (PPC - Contabilidade FVC 2006, p. 22)

Podemos perceber que existe um alinhamento com os aspectos referenciados nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, seguindo

orientações da Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004 atendendo suas principais prerrogativas.

Tabela 04 - Eixos interligados de formação.

Eixos interligados de Formação	Disciplinas
I - Formação Básica	Estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
II - Formação Profissional	Estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias e perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
III - Conteúdos de Formação Teórico-Prática	Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Fonte: Resolução CNE/CES nº 10/2004

Segundo levantamentos desta pesquisa, se percebe a intenção no ato de criação do PPC de Ciências Contábeis, bem como de sua matriz curricular, buscando atender aos parâmetros estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN do curso de Ciências Contábeis.

Nota-se nestes conceitos que se referem à formação da cidadania, de forma subjetiva. Em momento algum do PPI trata da temática específica relacionada às questões ambientais. Mais especificamente a relação do estudo da contabilidade ambiental e a capacitação em questões ambientais evidenciadas nos tempos atuais.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Para realização desta pesquisa foi realizada uma abordagem predominantemente qualitativa, ainda que com efeitos de dados quantitativos. Martins e Theóphilo (2007, p. 135) destacam que as pesquisas qualitativas “[...] pedem descrições, compreensões e análises de informações, fatos, ocorrências que naturalmente não são expressas por números”. Segundo o ponto de vista de Richardson (1999, p. 80):

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos.

No processo de coleta de dados utilizou-se um questionário, tendo como sujeitos 17 (dezessete) professores que atuam no Curso de Ciências Contábeis da FVC em estudo. A investigação por questionário teve como objetivo, analisar a percepção e a compreensão dos professores quanto à importância da Contabilidade Ambiental.

Entretanto, apesar da pesquisa ter uma abordagem predominante qualitativa, na sua segunda fase a pesquisa desenvolvida teve um cunho quantitativo, utilizando um questionário (Apêndice A) aplicado aos professores do Curso de Ciências Contábeis da FVC, com variáveis quantitativas. Conforme descrito por Richardson (1999), a abordagem quantitativa caracteriza-se pela aplicação da quantificação, tanto na forma de coleta de informações, quanto do tratamento das mesmas através de modelos e técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas, para explicar os dados.

Para consecução dos objetivos propostos na pesquisa utilizou-se por meio de fontes primárias e secundárias, os tipos de pesquisa quanto ao ponto de vista dos procedimentos técnicos as pesquisas bibliográfica, documental, assumindo a forma de estudo de caso.

Desse modo, a análise bibliográfica foi desenvolvida através de um levantamento detalhado com objetivo de revisar a perspectiva dos teóricos abrangidos no tema, com dados até então disponíveis no meio acadêmico, sendo utilizados livros, revistas, periódicos científicos, artigos, dissertações de mestrado, ligados à Contabilidade Ambiental, como também em sites de órgãos reguladores como o CFC - Conselho Federal de Contabilidade do Brasil e IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

No entendimento de Fachin (2006, p. 146) a pesquisa documental “[...] inclui também a informação oral ou visualizada independentemente do suporte, podendo ser sob a forma de textos, imagens, sons [...]”. Assim sendo a base da análise documental, coletada em Junho de 2014, com o levantamento de dados por meio de estudos em documentação e informações fornecidas pela própria instituição de ensino, onde buscou investigar todos os pontos essenciais descritos nos objetivos do estudo como referencial teórico, através do Projeto Político Curricular (PPC), Plano de Curso e a Matriz Curricular, para posterior descrição dos dados e a correspondente análise.

3.2 LOCAL DO ESTUDO

O presente estudo foi realizado no município de São Mateus, um dos municípios mais antigos do País. Localizado no estado do Espírito Santo cuja população é de 3.514.952 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico 2010, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O estado do Espírito Santo está localizado na Região Sudeste do Brasil, possuindo 78 municípios em uma área de 46.095,583 km², sendo que o município é o segundo maior em extensão territorial (IBGE, 2010).

De acordo com os resultados do Censo 2010, do IBGE, o município de São Mateus é o oitavo mais populoso do estado do Espírito Santo, girando em torno de 109.028 mil habitantes. Conforme ilustrado na tabela abaixo:

Tabela 05 - Evolução Populacional

Ano	São Mateus	Espírito Santo	Brasil
1991	73.903	2.600.618	146.825.475
1996	81.894	2.790.206	156.032.944
2000	90.460	3.097.232	169.799.170
2007	96.390	3.351.669	183.987.291
2010	109.028	3.514.952	190.755.799

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010.

O município de São Mateus possui uma área de 2.338.726 Km², limitando-se ao Norte com os municípios de Boa Esperança, Pinheiros e Conceição da Barra; ao Sul com São Gabriel da Palha, Vila Valério, Jaguaré e Linhares; a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com Nova Venécia (vide mapa 01).



Mapa 01 - Município de São Mateus
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Os principais setores da economia do Município de São Mateus [...] são, além da agricultura, o comércio, o turismo, as empreiteiras dos setores de Petróleo e do Eucalipto, e os serviços de saúde e educação [...], conforme a Revisão do Plano Diretor Municipal de São Mateus, (2012, p. 53).

O município de São Mateus vem vivendo uma ótima fase na área educacional, contando com um Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), Instituto

Federal de Ensino Superior (IFES), faculdades particulares, além de cursos técnicos profissionalizantes, ensino médio, fundamental.

O turismo também é uma potencialidade alta no município, tanto histórico quanto o de temporada. Possuindo um litoral de 45 km de belas praias mornas, o carnaval da Praia de Guriri, principal balneário do município, é um dos mais animados do norte do estado, sendo conhecido nacionalmente, trazendo vários turistas, principalmente, de Minas Gerais. A praia recebeu esse nome devido a grande quantidade de pequenos coqueiros que os índios chamavam de “guriri”.

O município é cortado pelo rio Cricaré, que desenha ao longo do seu curso pelo Vale do Cricaré as letras “S” e “M” iniciais do nome da cidade. Na sua margem direita se localiza o sítio histórico do Porto, com seus vários casarões de arquitetura colonial do século XVIII e XIX, sendo hoje uma atração turística com grande valor cultural.

3.3 UNIVERSO DO ESTUDO

O estudo apresentou o curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, cujo alunado está distribuído em 8 semestres (4 anos), constituindo-se no ano de 2014 num total de 217 alunos do ensino superior distribuídos em 06 turmas com um período de integralização mínimo de oito semestres em Ciências Contábeis da IES em estudo.

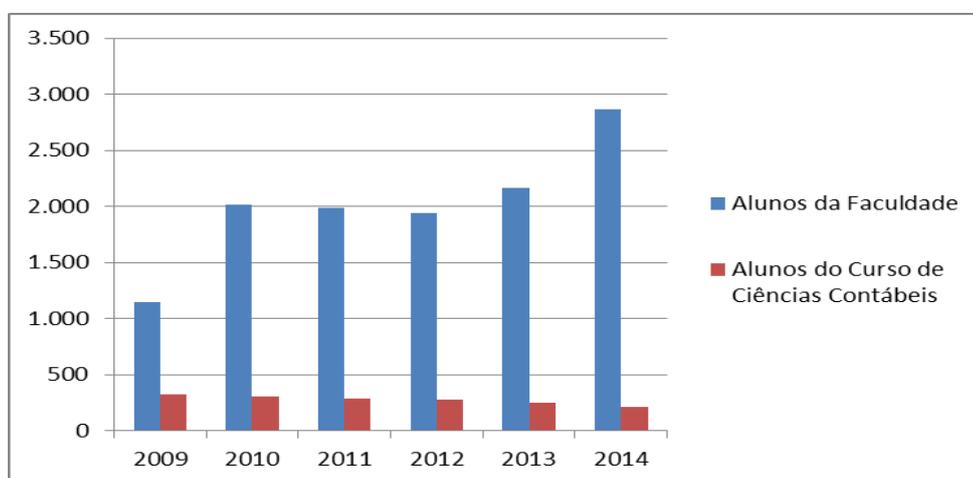


Gráfico 01 - Quantidade de Alunos Matriculados na Faculdade Vale do Cricaré
Fonte: FVC.

De acordo com os resultados fornecidos, a faculdade dispõe hoje dos cursos de Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia da Produção, Pedagogia e Publicidade e Propaganda, num total de 3.080 alunos de graduação, que através do gráfico 01 percebe-se uma evolução considerável na quantidade de alunos total na Instituição, com a criação de novos cursos. Os alunos inscritos no Curso de Ciências Contábeis, que é o nosso objeto de estudo continuou estável, correspondendo em 2014 ao total de 7,05% de alunos na instituição. A faculdade ainda oferece diversos cursos de pós-graduação e um programa de Mestrado Profissional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O questionário foi aplicado através do coordenador do curso de Ciências Contábeis da IES aos professores do colegiado, com o objetivo de identificar o conhecimento dos professores relativos à Contabilidade Ambiental. Foram recebidos 53% dos questionários respondidos.

Na primeira parte do questionário, verificou-se que o grupo de professores respondentes à pesquisa de campo era composto por profissionais de 32 a 57 anos de idade, com experiência de 2 a 20 anos no mercado de trabalho, sendo 89% do sexo masculino e 11% do sexo feminino. Com relação à formação complementar 67% dos professores possuíam em sua formação o Mestrado, quanto à formação acadêmica apurou-se (Gráfico 02):

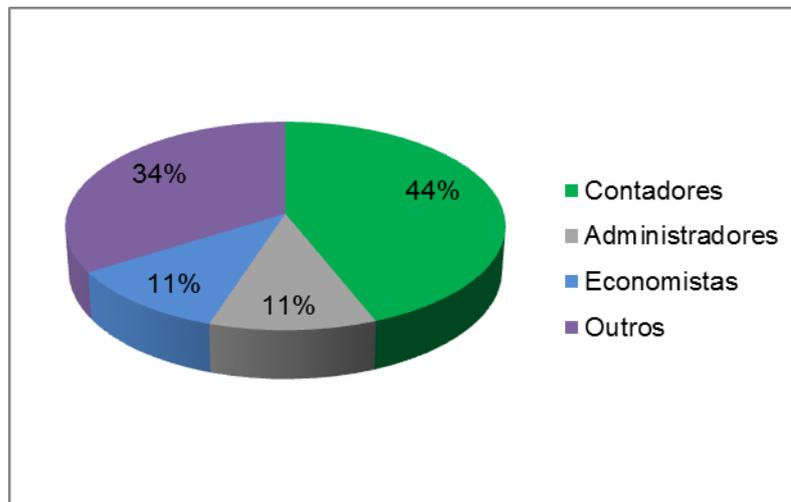


Gráfico 02 - Formação Acadêmica dos respondentes

Diante da pergunta sobre a formação em Contabilidade Ambiental, 100% não tiveram essa disciplina em sua graduação, (Tabela 06):

Tabela 06 - Pergunta 6

Pergunta	Respostas
Na sua graduação você teve formação em Contabilidade Ambiental?	Não 100%

Em relação à pergunta número 7, sobre o que entendiam por Contabilidade Ambiental, 11% dos professores demonstraram conhecimento, 56% dos professores não demonstraram conhecimento e 33% dos professores não informaram (Gráfico 03). Dentre as respostas fornecidas, seguem os relatos de alguns professores sobre a Contabilidade Ambiental:

- ✓ Segmento da ciência contábil responsável pelo controle e registro dos atos formais dos projetos envolvendo a temática ambiental, permitindo a recomendação mais acertada da movimentação contábil de forma produtiva, frente à legislação.
- ✓ Contabilidade voltada para o meio ambiente e segmentos.
- ✓ O controle, a avaliação de ativos e passivos ambientais, sua exploração e seus passivos, em consonância com as boas práticas contábeis.
- ✓ A mensuração do passivo ambiental, bem como dos ativos e a evidenciação da gestão ambiental empresaria”.

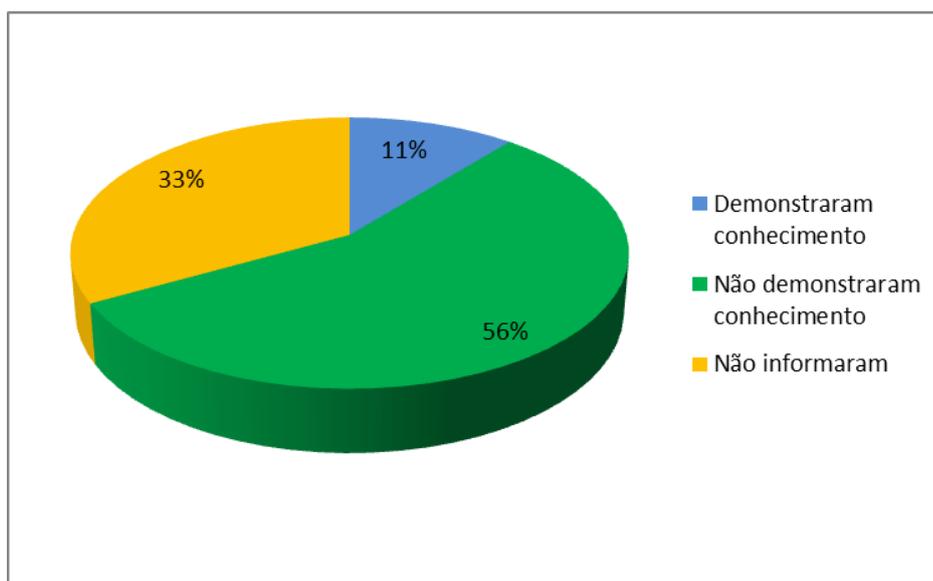


Gráfico 03 - Respostas à pergunta 7

Diante da pergunta sobre a formação continuada, apenas 33% dos professores já haviam participado de algum evento ligado área ambiental, como seminários e palestras, (Tabela 07 e Gráfico 04):

Tabela 07 - Pergunta 8

Pergunta	Respostas	
	Sim	Não
Você realizou alguma formação continuada na área Ambiental?	33%	67%

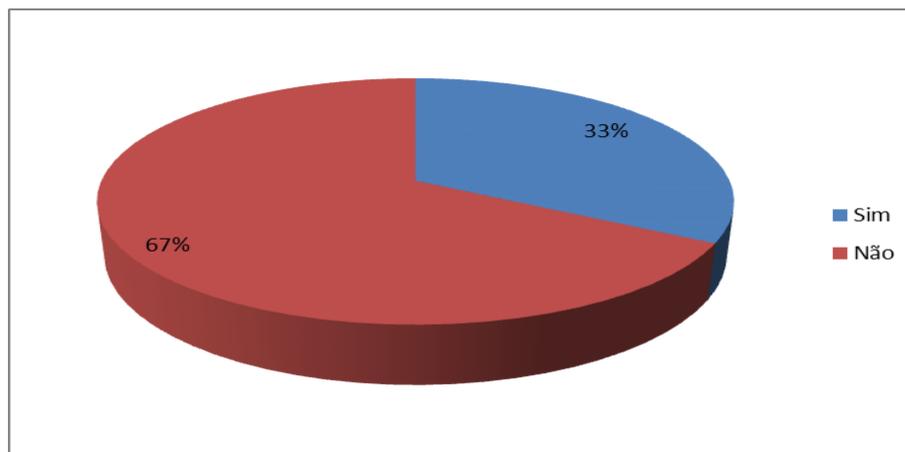


Gráfico 04 - Respostas à pergunta 8

Na resposta da pergunta número 9, 100% da amostra pesquisada consideram explicitamente relevante a Contabilidade Ambiental na prática contábil, (Tabela 08):

Tabela 08 - Pergunta 9

Pergunta	Respostas
Você considera a Contabilidade Ambiental relevante na prática contábil atual?	Sim 100%

Na última pergunta do questionário, direcionada às competências do atual Contador, foi feito um questionamento acerca da Contabilidade Ambiental como uma nova obrigação do contador atual, onde 67% da amostra considera a Contabilidade Ambiental uma nova obrigação do contador, (Tabela 09 e Gráfico 05):

Tabela 09 - Pergunta 10

Pergunta	Respostas		
Você considera a Contabilidade Ambiental uma das novas obrigações do atual contador?	Sim 67%	Não 22%	Não Informou 11%

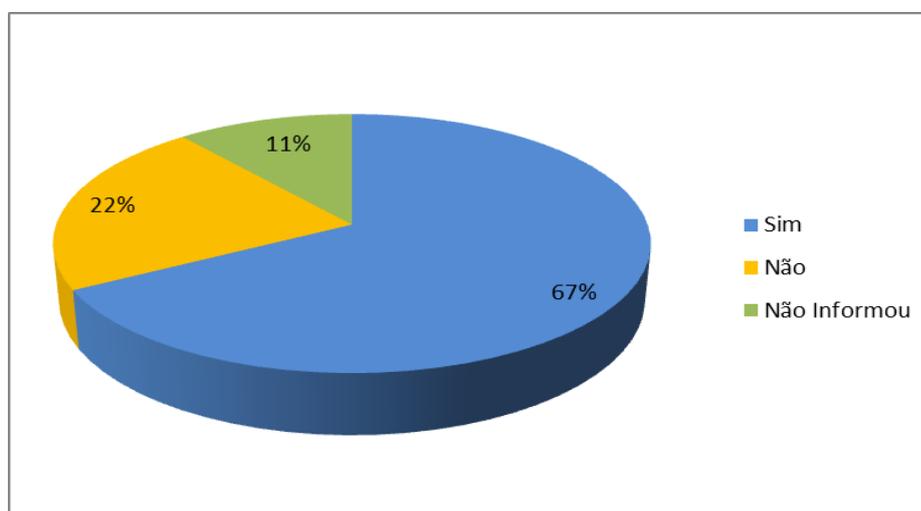


Gráfico 05 - Respostas à pergunta 10

Dentre as justificativas da pergunta número 10, podem-se destacar os itens:

- ✓ Pela nova formatação da legislação ambiental e suas implicações nas atividades empresariais;
- ✓ Todos os setores sociais têm uma obrigação ética com a preservação ambiental;

Pode-se perceber com a tabulação dos dados do questionário que a maioria dos docentes da FVC apresenta um bom nível de formação complementar tramitando entre especialização e mestrado. Vale destacar que foi constatada através das respostas a ausência na totalidade da amostra pesquisada, de estudos na forma de disciplina correlacionada com a Contabilidade Ambiental na graduação dos docentes, haja vista que é um tema emergente que vem sendo discutido atualmente. E pelo fato do assunto em questão não ser tratado pelo PCN de forma obrigatória e sim complementar ficando evidente a inexistência até a presente data pelo menos na formação deste quadro docente.

De grande importância para o estudo se torna o fato de que foi identificado pela pesquisa o interesse de grande quantidade de professores (33%), que estão buscando participar de algum tipo de evento relacionado às questões ambientais como palestras, oficinas, workshops, seminários, em sua formação continuada. Apesar de 56% dos docentes não demonstrarem conhecimentos relativo à Contabilidade Ambiental, 67% consideram que a mesma é uma nova obrigação do Contador. Isso pode ser explicado devido à relevância do tema à atualidade, as novas regras e mudanças ocorridas nas normas e legislações contábeis. Por consequência o profissional reconhece que o assunto é relevante à prática contábil, apesar de não compreender profundamente o assunto, essa carência pode ser minimizada por um contínuo aperfeiçoamento profissional.

Isto demonstra e reafirma a necessidade e importância da efetivação e consolidação dos estudos pertinentes ao campo. Os recentes eventos ocorridos em nossa sociedade como secas, inconstâncias de chuvas em determinadas regiões gerando insuficiência de recursos hídricos sinalizam uma necessidade por parte de nossa sociedade de atenção pela manutenção da natureza e da subsistência da vida.

4.2 DISCUSSÃO DOS DADOS

Com base na pesquisa apresentada na Revisão de Literatura, apresentamos a análise dos dados coletados e os resultados obtidos neste estudo. Como o objetivo foi justamente analisar como a Contabilidade Ambiental está inserida no PPC buscando verificar como acontece nesta IES à formação do Contabilista com relação aos aspectos ambientais, percebe-se através do estudo da Estrutura Curricular (Anexo B) que não há a presença das disciplinas optativas ou principal que tratem da Contabilidade Ambiental.

Porém, diante da coleta de dados no PPC 2006 da IES estudada, constatou-se que o conteúdo da disciplina já estava previsto para ser oferecido junto com outra disciplina, conforme demonstrado a seguir:

8° PERÍODO:

❖ Disciplina: Tópicos Contemporâneos em Contabilidade

Ementa: Responsabilidade e Balanço Social; Capital Intelectual, Contabilidade Ambiental; Mudança nas demonstrações contábeis; A contabilidade e a globalização; Contabilidade Internacional.

Mas de acordo com a ementa da disciplina Tópicos Contemporâneos em Contabilidade 2009/2 (Anexo C) percebe-se no programa de disciplina somente o conteúdo referente à matéria de Responsabilidade e Balanço Social com uma carga horária de apenas 12 horas aulas, não sendo possível apresentar o conteúdo da disciplina e ou matéria Contabilidade Ambiental em tão poucas horas. Mas nota-se a intenção dos docentes de aderir às questões ambientais nos objetivos geral e específico desta ementa com temas relevantes e atuais relacionados à área Contábil.

No ano de 2010, a disciplina Tópicos Contemporâneos em Contabilidade veio a configurar a estrutura curricular como Contabilidade Avançada (Anexo D) e o conteúdo a ser estudado seriam os temas ligados à atualidade, nota-se que não se especifica mais nenhuma informação a respeito da Contabilidade Ambiental nem do Balanço Social.

Embora não haja indicação nos PCNs dos conteúdos na área ambiental a serem ministrados pela IES, muito menos de como elas devem ser tratadas, pode-se ponderar devido à importância da temática sua inserção no currículo com propostas de inclusão da disciplina Contabilidade Ambiental.

A Contabilidade Ambiental passou a ser foco de preocupação e análise por parte do profissional contábil, assim, torna-se essencial a inserção da disciplina de Contabilidade Ambiental no currículo do curso de Ciências Contábeis, pois conforme destaca Calixto (2006, p. 66) “tendo em vista que a percepção de que só por meio da evolução de conceitos, discussão em sala de aula e do aprendizado teórico e prático, a contabilidade dará um grande salto de qualidade”.

A introdução das questões ambientais na matriz curricular dos cursos superiores é tratada como uma questão imprescindível para a mudança de atitudes e até da nossa cultura em relação ao meio ambiente, o tema ganhou destaque no Brasil a partir da ECO – 92, apesar de previsto como já comentado, desde a Constituição Federal Brasileira de 1988, em que destacava-se que a Educação Ambiental deve ser promovida em todos os níveis de ensino.

Nestas circunstâncias, é necessário que as IES da área contábil insiram em sua estrutura curricular o ensino da disciplina Contabilidade Ambiental. Como ressaltam Fahl e Manhani (2006, p. 26):

o planejamento profissional é o alicerce da mudança e os pilares são a adequação do ensino da Contabilidade à nova realidade e o salto qualitativo na formação do profissional através da adoção de disciplinas mais voltadas à realidade do mercado e com a introdução de metodologias de ensino mais diversificadas e eficazes.

Diante dos objetivos e em resposta ao problema de pesquisa, constatou-se que a IES não contribui na transmissão dos conhecimentos relativo à Contabilidade Ambiental. Percebe-se que o ensino oferecido pela IES estudada é de alta qualidade porém ainda não é o ideal, visto que poderia ser inserida alguma disciplina na sua matriz curricular para enriquecimento do curso, como a Contabilidade Ambiental, que mesmo não sendo discutida nas salas de aula, o reconhecimento da importância do assunto não é contestado.

Analisando a estrutura curricular de outras Instituições de Ensino Superior (Anexos E e F) verificou-se, mediante acesso aos sites e a visualização da estrutura curricular destas, que a disciplina Contabilidade Ambiental já se faz presente na estrutura curricular de algumas Instituições de Ensino Superior do Brasil seja como obrigatória ou optativa. Apesar de não ser estritamente obrigatória, está previsto o estudo de temas emergentes, modernizando o conhecimento do profissional contábil.

Carneiro et al. (2009, p. 14) afirmam que “é de responsabilidade das IES promover o ensino da contabilidade ambiental, se não por meio da oferta de disciplina específica em sua grade curricular, poderia optar pela disseminação do tema de outras formas como palestras e debates”.

Assim, torna-se necessário uma reflexão, pois os alunos docentes de hoje são os nossos futuros profissionais, e os mesmos precisam estar preparados para exercer a profissão com qualidade, pois a Contabilidade Ambiental encontra-se em ascensão, e a demanda por profissionais já qualificados no mercado de trabalho é crescente, especialmente perante a discussão atual sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Logo, o profissional contábil, precisa estar presente nesse novo cenário, com as competências necessárias para colaborar com a preservação do planeta, sendo o agente capaz de propagar a responsabilidade social nas suas empresas. E é por meio da educação que será possível preparar cidadãos que tenham uma visão mais crítica conduzindo-os para a preservação e conscientização ambiental, é fundamental o preparo do acadêmico de forma que se tenha adquirido em sua formação as competências, habilidades e atitudes necessárias com relação à temática ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Diante dos dados coletados na pesquisa, conclui-se que o ensino da contabilidade poderia ser aprimorado para melhor atender a capacitação do profissional, de forma diferenciada atualizando a matriz curricular com ênfase nas questões ambientais, atendendo as demandas do mercado de trabalho devido às constantes mudanças ocorridas nas normas e legislações contábeis. Embora a profissão contábil e o ensino da contabilidade tenham apresentado evoluções nos últimos anos, é importante uma análise mais profunda acerca dos fatores que impactam diretamente o futuro da profissão contábil no Brasil.

É relevante que se faça uma revisão da Estrutura Curricular para o alinhamento e inserção da Contabilidade Ambiental como disciplina, ou mesmo a habilitação como matéria da disciplina Tópicos Contemporâneos em Contabilidade, que como demonstrado anteriormente já foi ministrado na IES, com temas atuais relativos à área contábil incluindo o tema de Contabilidade Ambiental, já que se trata de um tema da atualidade e de importância na formação do acadêmico de Ciências Contábeis.

Segue anexo (Apêndice B) como sugestão exemplo de uma ementa, com conteúdos e bibliografia que servem como base para a compreensão sobre o tema Contabilidade Ambiental.

Devido a sua importância, a temática ambiental se faz presente em vários espaços da sociedade, tornando-se amplamente discutida em meios acadêmicos e empresariais. Nossa sociedade aumenta as exigências com relação à temática ambiental, cobrando cada vez mais a cidadania necessária para o envolvimento das pessoas de forma mais efetiva, cobrando desta maneira um comportamento social e ambientalmente mais responsável.

As questões ambientais ganham cada vez mais destaque em todos os meios de comunicação acarretando assim, uma maior conscientização da sociedade. As empresas precisaram adaptar-se a esta nova realidade, proporcionando informações

relativas ao meio ambiente como conservação, proteção e manutenção, cada vez mais detalhadas.

Nessa mudança de paradigma, a Ciência Contábil vem confrontando com esse novo cenário e precisa apresentar um profissional capacitado. Trata-se de um tema emergente que precisa ainda ser mais evidenciado nas Instituições de Ensino Superior, pois se acredita que apenas por meio de uma formação teórica, científica e prática será provável contribuir para a formação de futuros profissionais contábeis subsidiando-os de conhecimentos para melhor suprir as necessidades dos diversos usuários acerca das informações contábeis ambientais, como também incentivar a integração da contabilidade ambiental nas empresas.

As dificuldades metodológicas no planejamento, na execução e avaliação do estudo das questões ambientais podem ser minimizadas por um contínuo aperfeiçoamento profissional dos educadores não só específicos da área ambiental, mas também dos não específicos contribuindo tanto em metodologia científica como na prática conceitual.

Esta pesquisa não esgota o assunto, pelo contrário apenas levanta a questão de que realmente torna-se necessário um estudo mais aprofundado sobre estes assuntos que exercem relação entre a cidadania e a formação acadêmica. É importante que haja novos estudos sugerindo novos modelos integrados e interdisciplinares que atendam a necessidade de evolução e de nova construção desta temática no cotidiano. Seria relevante a aplicação de pesquisas também junto aos docentes do curso de ciências contábeis, para identificar o grau de percepção dos mesmos em relação ao tema, como também utilizar-se da metodologia desta pesquisa em outras Instituições de Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global/item/602>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

AMARAL, W. R.. **Balanco Social: Demonstração Contábil ou Marketing Corporativo? – Um Estudo Exploratório sobre a Percepção das Empresas do Estado de São Paulo.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.qprocura.com.br/dp/84523/Balanco-social:-demonstracao-contabil-ou-marketing-corporativo:-um-estudo-exploratorio-sobre-a-percepcao-das-empresas-do-estado-de-Sao-Paulo.html>>. Acesso em 03 nov. 2013.

ARNOSTI, J. C. M. **Balanco Social: Em busca da Empresa Cidadã.** Trabalho Apresentado no XVI Brasileiro de Contabilidade de Goiânia. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://professor.swai.com.br/edirson/artigos/artigo_006.pdf>. Acesso 04 nov. 2012.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)** – Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. **Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-publicacaooriginal-34450-pe.html>>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. Decreto nº 7.988, de 22 de Setembro de 1945. **Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais.** Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880>>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. **Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Decreto nº 15.601, de 26 de Janeiro de 1946. **Dispõe sobre a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.** Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=66930>>. Acesso em: 03 set. 2013.

_____. Lei nº 1.401, de 31 de Julho de 1951. **Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de Historia Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 06 set. 2013.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 06 set. 2013.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Resolução CFE nº 03, de 05 de outubro de 1992. **Fixa os Mínimos de Conteúdo e duração do curso de Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: <http://www.valdecicontabilidade.cnt.br/index.htm?http%3A//www.valdecicontabilidade.cnt.br/contabilistas/leg_prof_contab/Res3.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 21 out. 2013.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 10 jul. 2010.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002. **Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 67, de 11 de março de 2003. **Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES067.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 289, de 06 de novembro de 2003. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces289_03.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Programa Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola.** Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/coea/CadernoApresentacao.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. Resolução CONAMA nº 306, de 05 de julho de 2002: **Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais.** Conselho Nacional do Meio Ambiente - Ministério do Meio Ambiente Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 14 ago 2013.

CALIXTO, L. **O Ensino da Contabilidade Ambiental nas Universidades Brasileiras: Um Estudo Exploratório.** Revista Universo Contábil. Blumenau, v. 2, n.3, p. 65-78, setembro/dezembro, 2006.

CARVALHO, G. M. B. de. **Contabilidade Ambiental: teoria e prática.** Curitiba: Juruá, 2009.

CARVALHO, I. C. **“Ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental.** In: SAUVÉ, L.; ORELLANA, I.; SATO, M. Textos escolhidos de educação ambiental: De uma América a Outra. Montreal, Publications ERE – UQAM, Tomo I, 2002.

CARNEIRO, E. M. S. et al. **A Visão do Acadêmico sobre a Atuação das IES e do Docente, na Disseminação do Conhecimento Aplicado à Contabilidade Ambiental.** In: XII – SEMEAD – Seminários em Administração, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da FEA-USP. São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/710.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 774 de 16 de dezembro de 1994. **Aprova o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.** Disponível em: <http://www.crc.org.br/legislacao/princ_fundamentais/pdf/princ_fundamentais_rescfc774.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. Resolução nº 1.003 de 19 de agosto de 2004. **Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.** Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: 17 ago. 2014.

_____. Resolução nº 1.157 de 13 de fevereiro de 2009. **Aprova o Comunicado Técnico CTG 02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008.** Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1157_2009.htm>. Acesso em: 16 ago. 2014.

_____. Resolução nº 1.185 de 28 de agosto de 2009. **Aprova a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.** Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1185_2009.htm>. Acesso em: 16 set. 2014.

_____. Resolução nº 1.418 de 05 de dezembro de 2012. **Aprova a ITG 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.** Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248750>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. **A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis.** Trabalho apresentado no 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2004. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/341.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2013.

DIAS, A. P. **Educação Ambiental como projeto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FAVERO, H. L. **O ensino superior de ciências contábeis no Estado do Paraná - um estudo de casos.** Rio de Janeiro. 1987. Dissertação de Mestrado. ISEC- FGV-RJ.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Atlas, 2011, 3 ed.

FERIGOLO, A. J., JÚNIOR, G. P. **A relevância da Contabilidade Ambiental sob um enfoque de responsabilidade social e de mercado**. Revista Eletrônica de Contabilidade. 8. ed. Santa Maria, 2007. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/anteriores.html>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

FVC, **Projeto Pedagógico Institucional – PPI**. Faculdade Vale do Cricaré. São Mateus - ES. 2006. 90p.

_____, **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis – PPC**. Faculdade Vale do Cricaré. São Mateus - ES. 2006. 72 p.

_____, **Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis**. Faculdade Vale do Cricaré. São Mateus – ES. Disponível em: <<http://www.ivc.br/wp/wp-content/uploads/2013/04/EstruturaCurricularCienciasContabeis.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

_____, **Regimento Interno**. Faculdade Vale do Cricaré. São Mateus - ES. 2002. 51 p.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FAHL, A. C.; MANHANI, L. P. S. **As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade**. Revista de Ciências Gerenciais da Anhanguera Educacional. São Paulo, nº 12, vol. 10, 2006.

FRANCO, H. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 25ª. ed. São Paulo: Nacional, 1995

GARCIA, R. **Contabilidade social e ambiental**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. 165 p.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanco Social**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/2011/07/balanco-social>>. Acesso em: 11 Out. 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320490>>. Acessado em: 24 out. 2013.

IBRACON. **Normas e Procedimentos de Auditoria: NPA 11 - Balanço e Ecologia**. 1996. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=124>>. Acesso em: 01 Set. 2013.

_____, **Norma e Procedimento de Contabilidade: NPC 27 - Demonstrações Contábeis, Apresentação e Divulgações**. 2005. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>>. Acesso em: 03 Set. 2013.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000, 6 ed.

IUDÍCIBUS, S. de, MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000, 2 ed.

IUDÍCIBUS, S. de, MARTINS, E., GELBCKE, E. R.. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas, 2007, 7 ed.

JOHNSON, H.; MAURO, F.; SILVA, M. B. N. da. **O Império Luso-Brasileiro: 1500-1620**. Lisboa: Estampa, 1992.

LOMBARDI, A. **Créditos de carbono e sustentabilidade: os caminhos do novo capitalismo**. São Paulo: Lazuli Editora, 2008.

MARTINS, E.; RIBEIRO, M. S. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. IBRACON, boletim 208, São Paulo, 1995.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, C..R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

NBR ISO 14001. **Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

OLIVEIRA, R. **CONTABILIDADE AMBIENTAL: Evidenciação de Eventos Econômicos de Natureza Ambiental pelas Empresas do Setor Químico e Petroquímico**. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp094098.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2009.

PAIVA, P.R. **Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIOROTTO, A. R. **Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica**. Revista Contabilidade & Finanças, Edição 30 anos de Doutorado, Junho 2007, vol.18. p. 19-32.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. **Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina**. Revista Contabilidade & Finanças – USP. São Paulo, nº 36, 2004, p. 21 – 34.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO MATEUS; **Etapa 3: Leitura Técnica / Diagnóstico Socioeconômico**. Vitória: FCAA, 2012, 164 p.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação Mestrado em Controladoria e Contabilidade. São Paulo: USP, 1992.

_____. **A Contabilidade como instrumento do gerenciamento ambiental**. In: VI Congresso Internacional de Custos, 1999, Braga. VI Congresso Internacional de Custos, 1999.

_____. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006. 220 p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, A. L. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000, 4 ed. 444 p.

SANTOS, A.; FREIRE, F. S. e MALO, F. M. **O balanço social no Brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis.** 22º Encontro da ANPAD, Foz do Iguaçu, 1998.

SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S.. **Balanço Social: teoria e prática – incluindo o novo modelo do IBASE.** São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P., **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações.** São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P., KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2011.

ZITZKE, V. A. **Educação Ambiental e Ecodesenvolvimento.** Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Carreiros, RS. V. 09, p. 175-188, jul. a dez. 2002.

ANEXO A – Modelo Balanço Social Anual (IBASE)

Balanço Social Anual / 20XX



1. Base de cálculo	20XX Valor (mil reais)			20XX-1 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2. Indicadores sociais internos	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3. Indicadores sociais externos	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total – Indicadores sociais externos						
4. Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%				<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais						
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	20XX			Metas 20XX+1		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 20XX:			Em 20XX-1:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____ % governo	_____ % colaboradores(as)		_____ % governo	_____ % colaboradores(as)	
	_____ % acionistas	_____ % terceiros	_____ % retido	_____ % acionistas	_____ % terceiros	_____ % retido
7. Outras informações						

Instruções para o preenchimento

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRICÇÕES: o Selo Balanço Social Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro, armas de fogo/munições e bebidas alcoólicas. O Ibase não concede, suspende e/ou retira o Selo Balanço Social Ibase/Betinho conforme critérios estabelecidos no site www.balancosocial.org.br
1. Base de cálculo	Itens incluídos
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados
3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
4. Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluente, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
5. Indicadores do corpo funcional	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
Valor adicionado	Mais informações: www.balancosocial.org.br
7. Outras informações	
	Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. Declarações para as empresas que solicitaram o Selo Balanço Social Ibase/Betinho.

ANEXO B – Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré (FVC)⁶



Faculdade Vale do Cricaré

ESTRUTURA CURRICULAR - Ano: 2010 - Curso de Ciências Contábeis. Publicada em 28/12/2009

Amparo legal: Resolução do CNE/CES nº 03/2007. Vigente para ingressantes a partir do 1º semestre de 2010.

Primeiro Período

Disciplinas	Carga Horária
Teoria Geral da Administração	60
Matemática I	60
Metodologia da Pesquisa	60
Língua Portuguesa	60
Contabilidade I	60
Carga horária total do período:	300

Segundo Período

Disciplinas	Carga Horária
Fundamentos Éticos e Filosóficos	60
Matemática II	60
Economia	60
Instituições de Direito Público e Privado	60
Contabilidade II	60
Carga horária total do período:	300

Terceiro Período

Disciplinas	Carga Horária
Contabilidade Comercial I	60
Legislação Comercial e Societária	60
Matemática Financeira	60
Métodos Quantitativos e Amostragem	60
Sociologia	60
Carga horária total do período:	300

Quarto Período

Disciplinas	Carga Horária
Contabilidade Comercial II	60
Gestão de Pessoas	60
Finanças e Contabilidade Pública	60
Legislação Trabalhista	60
Psicologia Organizacional	60
Atividade Prática Orientada *	80
Carga horária total do período:	380

Quinto Período

Disciplinas	Carga Horária
Análise de Custos	60
Gestão Financeira e Orçamentária	60
Legislação Tributária	60
Sistemas de Informações Contábeis	60
Consultoria	60
Atividade Prática Orientada *	80
Carga horária total do período:	380

⁶ Fonte: <http://www.ivc.br/wp/wp-content/uploads/2013/04/EstruturaCurricularCienciasContabeis.pdf>

Sexto Período

Disciplinas	Carga Horária
Contabilidade Rural	60
Análise das Demonstrações Contábeis	60
Auditoria I	60
Introdução à Atuária	60
Prática Contábil I	60
Estágio Supervisionado I	60
Atividade Prática Orientada *	80
Carga horária total do período:	440

Sétimo Período

Disciplinas	Carga Horária
Ética Profissional	30
Contabilidade de Entidades s/Fins Lucrativos	30
Auditoria II	60
Prática Contábil II	60
Metodologia da Pesquisa II	60
Contabilidade Gerencial	60
Estágio Supervisionado II	60
Atividade Prática Orientada *	80
TCC Orientado	80
Carga horária total do período:	520

Oitavo Período

Disciplinas	Carga Horária
Formação de Empreendedores	60
Perícia Contábil	60
Contabilidade Avançada	60
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	60
Controladoria	60
TCC Orientado	80
Carga horária total do período:	380
Curriculo Pleno- Carga horária das Disciplinas da Estrutura Curricular	3.000
Estágio Supervisionado	180
TCC	100
Atividades Complementares	150
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:	3.430

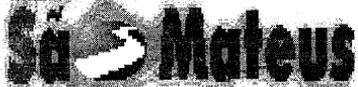
TEMPO MÍNIMO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: 4 ANOS. (8 SEMESTRES LETIVOS).

Observação:

A Carga Horária é expressa em horas-relógio (60 minutos) mais as horas destinadas às atividades Supervisionadas de caráter prático, realizadas em intervalos e/ou pós-aula para o turno diurno e pré-aula para o turno noturno, bem como ao sábados letivos, tais como: atividades desenvolvidas em Laboratórios ou na Biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, atividades vinculadas aos Núcleos de Estágios e outros sistematizados no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de acordo as disposições da Resolução CNE/CES nº. 3/2007

ANEXO C – Ementa da disciplina Tópicos Contemporâneos em Contabilidade 2009/2⁷

FACULDADE



FACULDADE VALE DO CRICARÉ

PLANO DE DISCIPLINA 2006/2

IDENTIFICAÇÃO

CURSO	Ciências Contábeis	HABILITAÇÃO	Ciências Contábeis
PERÍODO	8º	DISCIPLINA	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade
CH SEMANAL	4 h/a	CH SEMESTRAL	72 h/a
PRÉ-REQUISITO	Não há		
PROFESSOR	Genésio Moreira Filho	E-MAIL	gfilho@ivc.br

EMENTA

Responsabilidade e Balanço Social, Capital Intelectual, Aspectos da Contabilidade Ambiental, Mudanças nas demonstrações contábeis, A contabilidade e a Globalização, Outros assuntos relacionados à atualidade da Ciência Contábil.

OBJETIVOS

Geral:

- ❖ Análise de questões relevantes e atuais relacionadas a área Contábil.

Específicos:

- ❖ Analisar o papel da Ciência Contábil e do Contador na questão Social.
- ❖ Subsidiar o conhecimento dos alunos nas questões ambientais.
- ❖ Conhecer os aspectos da globalização que impactam a contabilidade.
- ❖ Analisar as mudanças na Lei das S/A (Lei 6.404/76).
- ❖ Propiciar o avanço profissional e científico dos alunos com o estudo de materiais atuais da contabilidade.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada à disciplina será desenvolvida seguindo as estratégias didático-pedagógicas a seguir enumeradas:

- Aula expositiva dialogada, para apresentação do conteúdo e reflexão sobre o tema;
- Leitura e discussão de textos para enriquecimento dos temas abordados em sala de aula;
- Trabalhos individuais e/ou em grupos para incentivo à pesquisa;
- Exercícios em sala de aula.
- Palestras e seminários

⁷ Fonte: FVC.

PROGRAMA DE DISCIPLINA		
Carga Horária	Unidade	Conteúdo
12 h/a	I – Responsabilidade Social e Balanço Social	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos • Objetivos • Modelo
20 h/a	II – Capital Intelectual, Goodwill	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos • Objetivos • Mensuração • Métodos de Avaliação de Empresas
20 h/a	III – Mudanças na Lei das S/A (Lei 6.404/76)	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos • Propostas • Novos Demonstrativos
20 h/a	IV – Outros Assuntos Relevantes	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas: Coligadas, Controladas. • Equivalência Patrimonial • Consolidação de Balanços • Gestão Estratégica

AVALIAÇÃO			
Unidade	Instrumento	Critérios	Valor
I	Prova Escrita	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Respostas coerentes às questões elaboradas para a prova. 	2,0
II	Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coerência do trabalho e adequação às normas da ABNT. 	2,0
III	Prova Escrita	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Respostas coerentes às questões elaboradas para a prova. 	4,0
IV	Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coerência do trabalho e adequação às normas da ABNT. 	2,0
I, II, III e IV	Nas unidades poderão ocorrer exercícios avaliativos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Respostas coerentes às questões elaboradas em conjunto com a participação do aluno 	Parte das notas acima

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREZ JUNIOR, José Hernandes. **Contabilidade Avançada**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, César Augusto Tiburcio; FREIRE, Fátima de Souza. Organizadores. **Balanço Social: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Bimestral. Brasília-DF.

VALIDAÇÃO

Homologado pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis na reunião do dia: ____/____/2006.

Assinatura do Coordenador de Curso

Assinatura do Docente

ANEXO D – Ementa da disciplina Contabilidade Avançada⁸

FACULDADE VALE DO CRICARÉ

PLANO DE DISCIPLINA 2014 / 1º Semestre

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CURSO	Contábeis	HABILITAÇÃO	
PERÍODO	8º	DISCIPLINA	Contabilidade Avançada
CH SEMANAL	4 horas/aula	CH SEMESTRAL	72 horas/aula
PRÉ-REQUISITO			
PROFESSOR	Rhullyano Bernardo Martins	E-MAIL	rhullyano@yahoo.com.br
EMENTA			
Consolidação das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, DRE, DFC, DMPL. Avaliação de investimentos em participações societárias. Fusões e falências. Efeitos contábeis do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial – MEP. Reorganizações Societárias. Demonstrações contábeis em moeda constante.			
OBJETIVOS			
Geral: Adquirir conhecimento teórico e prático das Demonstrações das S/A's Efetuar Análise e Consolidação das Demonstrações Contábeis. Avaliar os efeitos de investimentos			
Específicos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter capacidade de entender as Demonstrações Contábeis Consolidadas. ▪ Ser capaz de avaliar investimentos através dos diversos métodos existentes. 			
METODOLOGIA			
Os conteúdos da presente disciplina serão desenvolvidos por meio de estratégias didático-pedagógicas diferenciadas. As aulas apresentarão questões teóricas aliadas a exercícios de aprendizagem, e situações práticas (estudos de caso, jornais e revistas) de modo a ilustrar os conceitos e proporcionar uma base concreta para os assuntos dos tópicos acima mencionados.			
AVALIAÇÃO			
Unidade	Instrumento	Critérios	Valor
I e II	Avaliação escrita individual	▪ Respostas coerentes às questões elaboradas para a prova.	2,0 ponto
I – II – III, e IV	Exercícios	▪ Respostas coerentes às questões elaboradas para os exercícios.	2,0 ponto
I – II – III, e IV	Produção de Trabalhos em grupo (Estudo Caso, reportagem).	▪ Qualidade dos trabalhos produzidos; ▪ Abordagem dada ao conteúdo; ▪ Organização dos grupos nos estudos.	3,0 pontos
III e IV	Avaliação escrita individual	▪ Respostas coerentes às questões elaboradas para a prova.	3,0 ponto
PROGRAMA DE DISCIPLINA			
Carga Horária	Unidade	Conteúdo	
14 h/a	I – Investimentos Temporários e Permanentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definições preliminares ▪ Conceito ▪ Classificação ▪ Aspectos contábeis ▪ Aspectos legais ▪ Critérios de avaliação ▪ Lei 11.638 (Alteração da Lei SA's) ▪ MP 449 	

⁸ Fonte: FVC.

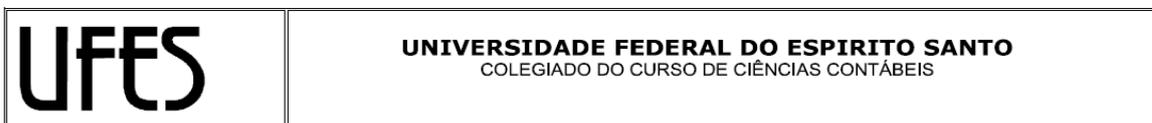


FACULDADE VALE DO CRICARÉ

PLANO DE DISCIPLINA 2014 / 1º Semestre

18 h/a	II- Avaliação de Investimentos (Método de Equivalência Patrimonial)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ MEP – Método de Equivalência Patrimonial ▪ Definições fundamentais ▪ Controlada ▪ Controladora ▪ Coligada ▪ Equiparada a coligada ▪ Obrigatoriedade da avaliação pelo MEP ▪ Aspectos fiscais da adoção MEP ▪ Tratamento de itens não-realizados ▪ Identificação de resultados não-realizados ▪ Razões de ágio e deságio
20 h/a	III – Consolidação das Demonstrações Contábeis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Papéis de trabalho ▪ Normas e procedimentos ▪ Eliminações contas recíprocas Balanço Patrimonial ▪ Eliminação de duplicatas a receber ▪ Investimentos ▪ Eliminação na DRE ▪ Vendas intercompanhias ▪ Tratamento das participações minoritárias
20 h/a	IV – Reorganização Societária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Introdução ▪ Formas de concentração ▪ Transformação ▪ Aspectos legais: Incorporação, fusão e cisão ▪ Processo incorporação ▪ Processo de fusão de sociedades ▪ Processo de cisão total e parcial ▪ Formas de extinção
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de Contabilidade Societária. São Paulo: Editora Atlas, 2010. PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luiz Martins de. Contabilidade avançada. 7ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. SÁ, Antônio Lopes de. Teoria da contabilidade. 4ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação. 7ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial. 6ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1998. MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. FRANCO, Hilário. Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a nova lei das S.A., Lei nº 6404, de 15-12-1976. 15ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1989.</p>		
VALIDAÇÃO		
Homologado pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis na reunião do dia 11/02/2014.		
<hr/> Assinatura do Coordenador de Curso		<hr/> Assinatura do Docente

ANEXO E – EMENTA DA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)⁹



ANEXO F: ANEXO DO PROJETO PEDAGÓGICO – VERSÃO 2007.

DESCRIÇÃO DAS EMENTAS, OBJETIVOS, PLANO DE DISCIPLINAS E BIBLIOGRAFIA.

DISCIPLINAS OPTATIVAS:

CONTABILIDADE AMBIENTAL

Ementa:

Preocupações ambientais. A informação contábil relacionada aos impactos ambientais. Conceitos contábeis de caráter ambiental: gasto ambiental; ativo ambiental; passivo ambiental; custo ambiental; receita ambiental; perda ambiental. Balanço Patrimonial Ambiental. Demonstração do Resultado Ambiental. Eco-indicadores de eficiência. Disclosure Ambiental. Relatórios Ambientais. Integração dos relatórios ambientais com os sociais.

Objetivo:

Proporcionar uma visão geral aos alunos de como a contabilidade se insere no contexto da gestão ambiental como geradora de informações para a tomada de decisão tanto interna como externamente à empresa.

Discutir os principais objetivos e conceitos da contabilidade ambiental.

Evidenciar as principais diretrizes para a geração de informações ambientais, a Evidenciação ambiental e os relatórios ambientais.

Discutir metodologias de cálculo de eco-indicadores de eficiência.

Bibliografia:

Básica

TINOCO, João Eduardo Pruidêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

⁹ Fonte: <http://www.cienciascontabeis.ufes.br/sites/cienciascontabeis.ufes.br/files/Ementa%20-%20Contabilidade%20Ambiental%20%28pdf%2024KB%29.pdf>

Complementar

BERGAMINI JR, Sebastião. Avaliação contábil do risco ambiental. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 301-328, dez. 2000.

CARVALHO, I. Nelson; RIBEIRO, Maisa de Souza. **A posição das instituições financeiras frente ao problema das agressões ecológicas**. SEMANA DE CONTABILIDADE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 9. Anais... Brasília, 09 e 10/11/2000.

CICA - The Canadian Institute of Chartered Accountants. **Environmental costs and liabilities: accounting and financial reporting issues**. Toronto: CICA, 1993.

FERREIRA, Araceli C. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

GRI – Global Reporting Initiative. **Sustainability Reporting Guidelines**. 2002. Disponível em:
http://www.globalreporting.org/guidelines/2002/2002Portuguese_B.pdf.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2003.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). FEA/USP.

NOSSA, Valcemiro; TEIXEIRA, Aridélmo; PIMENTEL, Vania Donatti. **O tratamento contábil para os gastos com reflorestamento de áreas degradadas ambientalmente: um estudo exploratório**. CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, São Paulo, USP, 2003.

PAIVA, Paulo Roberto. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. **Passivo ambiental**. CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, XVI. Anais. Goiânia, 15 a 20/10/2000.

SANCHEZ, Luis Henrique. **Desengenharia: o passivo ambiental na desativação de empreendimentos industriais**. São Paulo: Edusp, 2001.

UFES**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO**
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SCHALTEGGER Stefan; BURRIT, Roger. ***Contemporary environmental accounting: issues, concepts and practice***. UK: Greenleaf Publishing, 2000.

UNCTAD/ISAR.– United Nations Conference on Trade and Development / Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting. ***A manual for the preparers and users of eco-efficiency indicators***. (Draft). 2003.

ANEXO F – CONTEÚDOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES E DISCIPLINAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)¹⁰

		<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO (DIURNO) CONTEÚDOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES E DISCIPLINAS DA UFSM</p>						
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA								
CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	N/E*	SEM	TIPO	(T-P)	CHS		
ISF1173	Sociologia "A"	N	1º	OBR	(2-0)	30		
CAD1072	Introdução à Administração	N	1º	OBR	(4-0)	60		
MM1076	Matemática "A"	N	1º	OBR	(6-0)	90		
MM1077	Matemática Financeira "A"	N	2º	OBR	(4-0)	60		
JUR1101	Direito Empresarial "A"	N	2º	OBR	(4-0)	60		
EST1061	Estatística "A"	N	2º	OBR	(4-0)	60		
CE1092	Introdução à Economia "A"	N	3º	OBR	(4-0)	60		
JUR1102	Direito Tributário "A"	N	3º	OBR	(4-0)	60		
JUR1103	Direito do Trabalho "A"	N	4º	OBR	(4-0)	60		
PS11044	Relações Humanas no Trabalho "A"	N	7º	OBR	(2-0)	30		
Carga Horária em Conteúdos de Formação Básica							570	
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL								
CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	N/E*	SEM	TIPO	(T-P)	CHS		
CTB1077	Introdução à Contabilidade "A"	N	1º	OBR	(8-0)	120		
CTB1078	Contabilidade "A"	N	2º	OBR	(4-0)	60		
CTB1079	Custos I	N	2º	OBR	(4-0)	60		
CTB1080	Custos II	N	3º	OBR	(4-0)	60		
CTB1081	Contabilidade "B"	N	3º	OBR	(4-0)	60		
CTB1082	Metodologia da Pesquisa "A"	N	3º	OBR	(4-0)	60		
CTB1083	Contabilidade Pública I	N	4º	OBR	(4-0)	60		
CTB1084	Métodos de Pesquisa Aplicáveis à Contabilidade	N	4º	OBR	(4-0)	60		

¹⁰ Fonte: <http://w3.ufsm.br/prograd/cursos/contabeisdiurno/conteudos.pdf>

CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (continuação)						
CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	N/E*	SEM	TIPO	(T-P)	CHS
CTB1085	Gestão Tributária I	N	4°	OBR	(4-0)	60
CTB1086	Análise de Custos "A"	N	4°	OBR	(4-0)	60
CTB1087	Teoria da Contabilidade	N	5°	OBR	(4-0)	60
CTB1088	Contabilidade Pública II	N	5°	OBR	(4-0)	60
CTB1089	Gestão Tributária II	N	5°	OBR	(4-0)	60
CTB1090	Contabilidade "C"	N	5°	OBR	(4-0)	60
CTB1091	Contabilidade da Atividade Rural	N	6°	OBR	(4-0)	60
CTB1092	Orçamento Empresarial "A"	N	6°	OBR	(4-0)	60
CTB1093	Contabilidade Socioambiental	N	6°	OBR	(4-0)	60
CTB1094	Constituição e Legalização de Empresas	N	6°	OBR	(4-0)	60
CTB1095	Noções Atuariais "A"	N	7°	OBR	(2-0)	30
CTB1096	Sistemas de Informação	N	7°	OBR	(2-0)	30
CTB1097	Ética Geral e Profissional "A"	N	7°	OBR	(4-0)	60
CTB1098	Análise das Demonstrações Contábeis	N	7°	OBR	(4-0)	60
CTB1099	Perícia e Arbitragem "A"	N	7°	OBR	(4-0)	60
CTB1100	Finanças Empresariais "A"	N	8°	OBR	(4-0)	60
CTB1101	Auditoria I	N	8°	OBR	(4-0)	60
CTB1102	Controladoria "A"	N	8°	OBR	(4-0)	60
CTB1103	Auditoria II	N	9°	OBR	(4-0)	60
Carga Horária em Conteúdos de Formação Profissional 1620						
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA						
CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	N/E*	SEM	TIPO	(T-P)	CHS
CTB1104	Práticas Trabalhistas "A"	N	5°	OBR	(2-2)	60
CTB1105	Práticas Contábeis I	N	6°	OBR	(0-4)	60
Data: _____ / _____ / _____ _____ Coordenador do Curso						

ANEXO G – Autorização do Diretor da Faculdade Vale do Cricaré**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

Credenciada pela portaria MEC 725 de 26-05-00,

publicada no D.O.U de 30-05-00

MANTIDA PELO INSTITUTO VALE DO
CRICARÉ

Da: Faculdade Vale do Cricaré – FVC
Para: Direção da Faculdade Vale do Cricaré
José Fernandes Magnago de Jesus

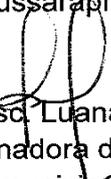
São Mateus, 02 de Junho 2014

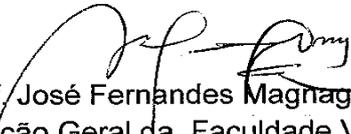
Eu, LUANA FRIGULHA GUISSO, coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade do Vale do Cricaré, informo que a aluna JUSSARA PLACIDO RANGEL PEREIRA, estará desenvolvendo sua dissertação intitulada CONTABILIDADE AMBIENTAL NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: ESTUDO DE CASO NA FACULDADE VALE DO CRICARÉ – ES, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Reconhecendo a importância do trabalho a ser desenvolvido, solicitamos a vossa aquiescência em autorizar sua pesquisa e permitir o acesso da aluna para a coleta de dados e a aplicação de questionário aos professores do Curso de Ciências Contábeis desta Instituição de Ensino Superior.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta direção agradecemos antecipadamente e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.


Jussara Plácido Rangel Pereira
Pesquisadora Mestranda em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional
Email: jussaraprp@hotmail.com


Prof. Msc. Luana Frigulha Guisso
Coordenadora do Mestrado da Faculdade Vale do Cricaré
Email: munivic@gmail.com


Prof. José Fernandes Magnago de Jesus
Direção Geral da Faculdade Vale do Cricaré
Email: josefmjesus@gmail.com

APÊNDICE A – Questionário Aplicado aos Professores do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

1) Idade: _____

2) Sexo: feminino masculino

3) Tempo de atuação na área contábil: _____

4) Formação Acadêmica: _____

5) Formação Complementar: Graduação
 Especialização
 Mestrado
 Doutorado

6) Na sua graduação você teve formação em Contabilidade Ambiental?

Sim Não

7) O que você entende por Contabilidade Ambiental?

8) Você realizou alguma formação continuada na área Ambiental? Sim Não. Qual? _____

9) Você considera a Contabilidade Ambiental relevante na prática contábil atual? Sim Não. Por quê? _____

10) Você considera a Contabilidade Ambiental uma das novas obrigações do atual contador? Sim Não. Por quê? _____

APÊNDICE B – Sugestão Plano de Disciplina de Contabilidade Ambiental

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CURSO	Ciências Contábeis	HABILITAÇÃO	
PERÍODO	8º	DISCIPLINA	Contabilidade Ambiental
CH SEMANAL	2 horas/aula	CH SEMESTRAL	40 horas/aula
PRÉ-REQUISITO			
PROFESSOR		E-MAIL	
EMENTA			
<p>A contabilidade e o meio-ambiente. A contabilidade relacionada aos impactos ambientais. Conceitos contábeis relacionados à natureza ambiental: ativo ambiental, passivo ambiental, custos, perdas, receitas e investimentos ambientais. Responsabilidade Social. Visão geral de gestão ambiental. Evidenciação Ambiental. Balanço Social: sua composição e relevância. Demonstração de Resultados e Balanço Patrimonial Ambiental.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Proporcionar ao aluno uma visão geral sobre os aspectos ambientais e sociais que envolvem a contabilidade. Discutir os principais conceitos e objetivos da Contabilidade Ambiental. Levar o aluno a compreender e reconhecer os Ativos e Passivos Ambientais, assim como identificar as receitas, despesas e custos ambientais. Compreender sobre responsabilidade social e Balanço Social. Entender o papel da contabilidade na Gestão Ambiental.</p>			
CONTEÚDOS			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao estudo da Contabilidade Ambiental <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Evolução da Contabilidade Ambiental 1.2 A contabilidade e o meio-ambiente 1.3 Conceitos e objetivos da contabilidade ambiental e social; 2. Plano de Contas Ambiental <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Adequação e Gerenciamento das Contas Ambientais 3. Contabilização Ativos e Passivos Ambientais <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Definições e aplicações; 3.2 Critérios de avaliação. 4. Contabilização Custos, Despesas, Receitas e Investimentos ambientais <ol style="list-style-type: none"> 4.1 Definições e aplicações; 4.2 Critérios de avaliação. 5. Responsabilidade Social <ol style="list-style-type: none"> 5.1 Definição e relevância; 5.2 Aplicações; 5.3 Finalidades. 6. Evidenciação Ambiental <ol style="list-style-type: none"> 6.1 Demonstração do Valor Adicionado (DVA) <ol style="list-style-type: none"> 6.1.1 Definição e elaboração e relevância; 7. Balanço Social <ol style="list-style-type: none"> 7.1 Definição, evolução e história do Balanço Social; 7.2 Modelo e Legislação do Balanço Social 7.3 Elaboração, Finalidades e relevância; 			

8. Gestão Ambiental

8.1 Aspectos gerais sobre gestão ambiental;

8.2 Benefícios da Gestão Ambiental;

8.3 O papel da Contabilidade Ambiental na Gestão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa. Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Atlas, 2011, 3 ed.

RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2006. 220 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, G. M. B. de. Contabilidade Ambiental: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2009.

DIAS, R. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PAIVA, P. R. Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2000, 6 ed.

TINOCO, J. E. P., KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2011.